

**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**  
FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LINDOMAR GOMES

**PRONATEC NA MODALIDADE SISUTEC, NA UTRAMIG: ANÁLISE  
SOBRE O IMPACTO NA EMPREGABILIDADE DO EGRESSO**

São Paulo  
2017

**LINDOMAR GOMES**

**PRONATEC NA MODALIDADE SISUTEC, NA UTRAMIG: ANÁLISE SOBRE O  
IMPACTO NA EMPREGABILIDADE DO EGRESSO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo, Faculdade Latina Americana de Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre

Orientadora: Ana Luíza Matos de Oliveira

São Paulo, julho de 2017

LINDOMAR GOMES

**PRONATEC NA MODALIDADE SISUTEC, NA UTRAMIG: ANÁLISE  
SOBRE O IMPACTO NA EMPREGABILIDADE DO EGRESSO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo, Faculdade Latina Americana de Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ana Luíza Matos de Oliveira  
Fundação Perseu Abramo

---

Profa. Dra. Lygia Sabbag Fares Gibb  
Esags

---

Profa. Dra. Juliana Leite  
Unicamp

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para minha caminhada até aqui. Meus pais, irmã, Anna Carolina, Lucas Gomes, meus familiares, amigos, colegas de escola e faculdade, professores em todos os momentos de ensinamento, companheiros de militância, irmãos e irmãs que nos tornamos nesse curso de mestrado e a todos que foram responsáveis por organizar e ministrar esse mestrado.

Preciso agradecer nominalmente as pessoas que ajudaram na pesquisa e questionários que serão detalhados a frente. Aos amigos Antônio Neto, Rodrigo Feitas, Adelson Silva, Márcio Amaral, Natalia Pereira, Lana Kellen, Elaine Silva, Fatinha, Lourdinha, Tatiana Clarete, Laila Dias, Michele Afonsa, Márcia Gontijo.

Também não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que sonham e acreditam na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Essa missão é a que nos faz acordar cedo, trabalhar até altas horas e jamais esquecer que nosso compromisso é a causa maior de nosso viver.

Ao longo de minha trajetória percebo que pouco sei e que a cada dia aprendo novidades, sendo que a experiência na Utramig e a militância na luta pelos Atingidos pela lei 100, não me tiram da cabeça uma expressão dita por um Padre Operário de Contagem, de nome Padre Ferreira. Segundo ele: *não existe dignidade sem trabalho*. A frase que ele me disse, a mais de 8 anos atrás, faz completo sentido, principalmente no momento que passamos em nosso país, que enfrenta uma crise política que reflete na economia, e conseqüentemente, influencia diretamente no trabalho.

Assim, concluo acreditando que o sonho dessa sociedade que citamos acima, só será possível se não deixarmos de acreditar na pessoa humana e que a construção somente é viável pela política democrática.

## **RESUMO:**

Essa dissertação visou discutir se os alunos que concluíram cursos técnicos na modalidade SISUTEC na UTRAMIG tiveram mais oportunidades de emprego ou melhorias em seus postos de trabalho. Para isso, foi abordada a questão da empregabilidade, da educação profissional no país e sobre a UTRAMIG. Foi realizado um levantamento de todos os alunos que concluíram e retiraram seu certificado, junto à Instituição, na modalidade SISUTEC. Em seguida foi enviado um questionário a esses egressos, com perguntas relacionadas à contribuição que o curso proporcionou para seu emprego atual, quanto tempo demorou para que ele conseguisse o emprego e se ele acreditava que o curso foi fundamental para que o mesmo conseguisse o cargo. A expectativa foi de demonstrar que para aqueles que concluíram os cursos e levantaram seus certificados as oportunidades foram maiores.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de investimento nominal - Em percentagem do PIB.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Tabela 2 - Concluintes por sexo e cursos dos sequenciais SISUTEC ofertados pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas .....	43
Tabela 3 - Concluintes por sexo dos sequenciais SISUTEC ofertados pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas .....	44
Tabela 4 - Concluintes por sexo dos sequenciais SISUTEC ofertados pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas e responderam ao questionário .....	44
Tabela 5 - Participação com resposta ao questionário dos concluintes do sequencial SISUTEC ofertado pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas.....	45
Tabela 6 - Ano que concluintes do sequencial SISUTEC ofertado pela UTRAMIG ingressaram nos Cursos Técnicos.....	46
Tabela 7 - Pergunta do questionário nº1: Está exercendo atividade profissional atualmente?	47
Tabela 8 - Pergunta do questionário nº 2: Principal motivo pelo qual não exerce atividade na área de formação.....	47
Tabela 9 - Pergunta do questionário nº 3: Tempo que demorou em encontrar emprego após a conclusão do curso .....	48
Tabela 10 - Pergunta do questionário nº 4: Quando foi realizado o Estágio Obrigatório? .....	49
Tabela 11 - Pergunta do questionário nº5: O estágio ajudou na efetivação do aluno na empresa em que estagiou? .....	50
Tabela 12 - Pergunta do questionário nº 6: O curso técnico da UTRAMIG foi fundamental para conseguir o emprego? .....	51
Tabela 13 - Pergunta do questionário nº 7: O curso técnico na UTRAMIG foi importante para receber melhor remuneração / promoção?.....	51
Tabela 14 - Pergunta do questionário nº 8: O mesmo curso em outra instituição teria lhe proporcionado as mesmas oportunidades que o nome da UTRAMIG lhe proporcionou?.....	52
Tabela 15 - Pergunta do questionário nº 9: Em qual tipo de organização exerce atividade profissional? .....	52
Tabela 16 - Pergunta do questionário nº 10: Como obteve o emprego atual?.....	53
Tabela 17 - Pergunta do questionário nº 11: Faixa Salarial.....	54
Tabela 18 - Pergunta do questionário nº 12: Nível de satisfação na situação profissional no aspecto financeiro? .....	54
Tabela 19 - Pergunta do questionário nº 13: Nível de satisfação atual, no aspecto social .	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Tabela 20 - Pergunta do questionário nº 14: Perspectiva profissional na área de trabalho .....	55
Tabela 21 - Pergunta do questionário nº 15: Preparação para o mercado de trabalho quando se formou .....	56
Tabela 22 - Pergunta do questionário nº 16: As disciplinas do curso técnico contribuíram para o desempenho profissional? .....	56
Tabela 23 - Perguntas do questionário nº 17: O curso técnico colaborou para o desenvolvimento cultural e pessoal? .....	57
Tabela 24 - Pergunta do questionário nº 18: Continuidade dos estudos / graduação .....	57
Tabela 25 - Pergunta do questionário nº 19: Conceito atribuído ao curso ofertado pela UTRAMIG .....	58

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:.....	7
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE A EMPREGABILIDADE.....	10
I.1. FATORES DA EMPREGABILIDADE .....	10
CAPÍTULO II - DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: .....	18
CAPÍTULO III - DA UTRAMIG.....	27
III. 2. A UTRAMIG HOJE: DADOS, AVANÇOS E AMEAÇAS.....	34
CAPITULO IV – OBJETIVO E METODOLOGIA DA PESQUISA .....	40
CAPÍTULO V– AS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO: .....	43
CONCLUSÃO.....	59
ANEXO .....	62
REFERÊNCIAS .....	67

## **INTRODUÇÃO:**

A presente dissertação discute o impacto da empregabilidade do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ofertado pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG). O PRONATEC foi criado em 2011 e teve a sua adesão pela UTRAMIG em 2012, desde então fornecendo diversos cursos técnicos junto ao programa nacional.

Em nossa visão, a análise do impacto da empregabilidade é fundamental para os possíveis acertos a serem feitos pela instituição ofertante, UTRAMIG, e até mesmo pelo demandante, PRONATEC.

Com este trabalho buscamos saber se os egressos tiveram sucesso de emprego e renda após a conclusão dos cursos técnicos. A principal justificativa da pesquisa é saber se a ofertante, UTRAMIG, foi exitosa na consecução desta finalidade do programa, a geração de emprego e renda.

A visão precípua da pesquisa era a de observar se a UTRAMIG, fundada no ano de 1965 e que possui a finalidade de preparar pessoas para o ingresso no trabalho, proporcionou profissionalização, contribuiu para uma colocação e uma melhor remuneração do egresso no mercado de trabalho, pois, ao longo destes anos, vários alunos se formaram e já ingressaram no mercado de trabalho, começando a exercer suas profissões.

A modalidade escolhida para avaliar o tema proposto foi o SISUTEC. Esta modalidade do PRONATEC, destinada à formação de alunos que já tenham concluído o ensino médio, oferece bolsas para cursos técnicos e tecnólogos em Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior e de Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 2013 a UTRAMIG passou a ofertar vagas de cursos técnicos para alunos na modalidade SISUTEC. Ao longo destes 5 anos, muitos estudantes concluíram seus cursos técnicos e começaram a trabalhar ou receberam possíveis promoções em seus cargos, motivados pela certificação da conclusão de algum destes cursos ofertados pela UTRAMIG.

Durante a elaboração da presente dissertação (2016 - 2017), o país passa por uma dificuldade grande em gerar empregos. Também, sofre com uma série de propostas que estão sendo colocadas no parlamento e que podem afetar enormemente toda a classe trabalhadora desse país, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista, esta última camuflada como “modernização das leis trabalhistas”. Até mesmo o programa que será analisado em

nosso trabalho, PRONATEC na modalidade SISUTEC, não tem expectativa que continue a vigorar e oportunizar a diversos outros candidatos a educação técnica.

Outra dificuldade da nossa pesquisa é que obter dados e até mesmo trabalhos sobre a empregabilidade de um determinado programa não é fácil, mas discutir esse assunto pode ser importante para contribuir com outros debates, remotos e vindouros, sobre o papel da formação profissional e técnica, sendo essa nossa intenção: contribuir com dados para maiores discussões e desenvolvimento da questão.

A dissertação se estrutura da seguinte maneira: no capítulo I, buscamos fazer considerações sobre a empregabilidade, expressão essa que passou a ser bem difundida, principalmente pelos defensores do Neoliberalismo, o qual procura esconder a culpa do sistema capitalista e transferi-la de forma exclusiva ao indivíduo, reduzindo-o ao chamado capital humano. Assim, se falta emprego ao indivíduo, ele é responsável por não ter se qualificado. Também apresentamos dois estudos recentes sobre empregabilidade.

No capítulo II, buscamos traçar a trajetória percorrida ao longo dos anos pela modalidade de formação profissional e técnica no país, passando pelo período colonial, a vinda da família real, século XX e século XXI, fechando com uma análise sobre os anos 2000, em que novo impulso é dado à educação profissional, a rede federal é ampliada e diversos programas são criados, principalmente o Pronatec.

No capítulo III abordamos a história da UTRAMIG e como ela se encontra hoje. Sobre a criação da UTRAMIG, a ideia inicial era de instituir uma Universidade do Trabalho em Minas, no entanto essa iniciativa sofreu uma sobreposição do governo central em criar uma Universidade Nacional do Trabalho. Essa proposta nacional foi abortada após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. Em Minas Gerais a proposta foi retomada e em 1965 a UTRAMIG é constituída. Relatamos as dificuldades esterais pelas quais a Instituição passou até que a mesma conseguisse se estabelecer, pois, nos anos iniciais, a grande habilidade de seu primeiro presidente foi fundamental para que a UTRAMIG não virasse apenas mais uma Instituição a ser criada e, em seguida, não dando cumprimento a sua finalidade. Por falta de material escrito, entrevistamos 3 das mais antigas servidoras da Fundação, para entender como a Instituição se manteve e os principais projetos desenvolvidos da década de 80 até os dias atuais. Relatamos as entrevistas e as percepções das 3 entrevistadas sobre a forma como a UTRAMIG desenvolveu seus projetos e também buscou recursos para se financiar. Em um subtema do Capítulo III apresentamos dados, avanços e ameaças da Instituição. A abordagem começou pelo objetivo da UTRAMIG, tais como missão, visão e valores. Passou, ainda, pelo detalhamento das funções e papel da presidência e de suas 4 diretorias da sede, discorrendo

sobre suas outras unidades no interior e, além disso, ponderando sobre a recente proposta do Governo do Estado de fechamento da mesma, com a justificativa de cortes de gastos.

No capítulo IV discorremos sobre o objetivo e a metodologia da pesquisa. Primeiramente abordamos sobre a diretoria da Fundação, Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), que é a responsável pela execução do PRONATEC, que está sendo estudado. Em seguida, tratamos da modalidade subsequente Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC), que foi o objeto da pesquisa. Relatamos nossa expectativa inicial, assim como a metodologia utilizada para a concepção do questionário.

Como afirmado anteriormente, a expectativa inicial era de corroborar que para aqueles que concluíram o curso técnico e levantaram seus certificados as oportunidades no mercado de trabalho foram melhores. Também procuramos demonstrar que aqueles que realizaram o curso técnico tinham maior empregabilidade.

A metodologia aplicada levou em conta os alunos que concluíram curso na modalidade SISUTEC e retiraram seu certificado junto à Instituição,. Em seguida foi enviado um questionário aos alunos que concluíram e retiraram o certificado com perguntas relacionadas à contribuição que o curso deu para seu emprego atual, quanto tempo demorou para que conseguisse o emprego e se ele acredita que o curso foi fundamental para que o mesmo conseguisse o cargo.

Na sequência do capítulo foram expostos os dados colhidos por meio do questionário. Desta forma, procuramos pesquisar e saber se o curso foi importante para o sucesso no emprego ou na melhoria salarial, para que a UTRAMIG possa fazer ajustes em sua formação técnica e ainda, sugerir e apresentar ao demandante, Ministério da Educação, por meio de um estudo aprofundado, dados sobre o programa e se o mesmo está atendendo um de seus objetivos, que é o de acesso ao emprego.

## **CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE A EMPREGABILIDADE**

Em primeiro lugar, consideramos, nos termos de Karl Marx, que a força de trabalho é a mercadoria negociada entre trabalhadores e capitalistas e que o trabalhador, por não ser possuidor dos meios de produção, em uma sociedade capitalista, precisa vender sua força de trabalho ao capitalista para sobreviver. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador cria valor para além do que recebe como salário, que é a fonte do chamado mais-valor.

Pelo mecanismo de geração de valor do capitalismo, para Marx haveria uma tendência da redução do uso da mão de obra na produção e sua substituição por tecnologia, o que geraria uma tendência intrínseca ao desemprego no capitalismo segundo Marx. Já outro teórico importante da economia, John Maynard Keynes, aponta que o nível de emprego seria determinado pela decisão de investir, ou seja, se há demanda efetiva, se há investimento na economia, haverá geração de emprego. As análises de ambos teóricos nos ajudam a compreender a questão da “empregabilidade” – vocábulo que passa a ser usado a partir dos anos 1970/1980, com a ascensão das correntes neoliberais - e da geração de emprego no capitalismo atual.

Por fim, para este capítulo consideramos ainda o uso político das teorias econômicas e inclusive do vocabulário utilizado para descrever as relações econômicas e sociais: a história da humanidade, para Marx, é a história da luta de classes e às classes dominantes interessa justificar o status quo. Assim, é mais fácil colocar a culpa do desemprego no indivíduo que não tem “empregabilidade” que apontar que o problema é de um sistema global.

Assim, apesar de analisarmos o efeito da qualificação na trajetória profissional de egressos, não podemos perder de vista a questão de que a geração de empregos e a colocação no mercado de trabalho não dependem somente da qualificação individual, mas também da estrutura produtiva da sociedade.

### **I.1. FATORES DA EMPREGABILIDADE**

Em dois estudos recentes sobre o tema empregabilidade encontramos posições diferentes para avaliar se a formação pode influenciar ou não. O primeiro com o título “*Juventude trabalhadora brasileira: percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in)certos*”, de José Humberto da Silva (2012), aponta que a centralidade da empregabilidade não está na

formação. Outro estudo, feito por Giuliano Viana de Alkimim (2015) com o título “Empregabilidade dos egressos dos cursos superiores de tecnologia em diferentes regiões do Estado de Minas Gerais: o caso do curso de análise de desenvolvimento de sistemas” demonstra que a formação foi fundamental para o emprego e a melhoria salarial.

Silva (2012) buscou estudar a trajetória de alguns jovens, que não queriam repetir as mesmas condições de trabalho a que seus pais foram submetidos. Em suas palavras, fica claro que às vezes a motivação da pessoa para buscar uma formação é mais social (pelo papel social do diploma) que pela motivação econômica em si. Segundo ele:

“O trabalho digno”, descrito por esses jovens, não era sinônimo apenas de trabalho assalariado e com registro em carteira, mas, sobretudo, significava jornadas, salários e condições de trabalho mais adequadas daquelas que viveram seus pais, mães e avós. Os primeiros investimentos e arranjos realizados, na perspectiva da obtenção deste emprego, foram centrados nos esforços para que esses jovens conseguissem a conclusão do ensino médio e, assim, o fizeram. Quando terminaram o ensino médio – nível de ensino que décadas passadas significou, para alguns, maiores possibilidades de transição da escola para o trabalho – o emprego almejado não foi encontrado. Seus trânsitos laborais se inscreveram em “bicos”, “um trabalho ali e outros acolá” para escapar de condições aviltantes do não-emprego e, especialmente, garantir condições básicas de sobrevivência (SILVA, 2012, p. 209).

Já para Alkimim (2015), que estudou o fator empregabilidade em Cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, na modalidade de Curso Superior em Tecnologia, a formação foi importante para que o egresso conseguisse uma vaga de emprego. Segundo ele:

A opinião dos nossos informantes sobre a relação estabelecida entre a escola e o mundo do trabalho demonstrou a satisfatoriedade dos mesmos quanto à formação profissional obtida, com o CST em ADS, ao se relacionarem com o mercado de trabalho, principalmente nos quesitos referentes à alta disponibilidade de vagas e à contribuição da formação tecnológica, para inserção no mundo do trabalho. As entrevistas e os questionários sinalizaram que o processo de transição da escola para o mercado de trabalho dos tecnólogos aconteceu de forma bastante tranquila e sem muita demora (ALKIMIM, 2015, p. 196).

Em uma passagem para justificar a sua tese, Silva (2012) menciona que a questão do emprego está relacionada principalmente a questões econômicas, apesar de não descartar o papel da formação:

Contudo, as taxas de desemprego associadas aos níveis de escolaridade no Brasil, nos primeiros anos dos anos 2000, já indicavam que a causa do desemprego não encontra na insuficiente escolaridade sua única explicação, contrapondo, assim, o consenso que a relação entre trabalho e educação parece ser portadora. Os dados já indicavam que as condições de ingresso do jovem no mundo do trabalho dependiam consideravelmente do comportamento geral da economia, que define, em última instância, o desempenho do mercado de trabalho (SILVA, 2012, p. 26).

A justificativa de Silva (2012) ganha força na medida em que a análise dos momentos econômicos demonstra que quando um país está vivendo um bom momento econômico os resultados de emprego e renda também são positivos:

Entretanto, os vetores da economia brasileira, no período entre 2004 a 2008, direcionavam para um novo momento histórico na conformação do mercado de trabalho brasileiro. Segundo Baltar (2010) a economia brasileira após 2004 passou por um crescimento econômico importante, favorecendo o aumento da ocupação, do emprego formal, dos rendimentos do trabalho, das transferências de renda, do aumento real do salário mínimo, alavancando o consumo e o investimento, que também ganharam um impulso decorrente da articulação da elevação da renda familiar com a ampliação do crédito ao consumo (SILVA, 2012, p. 26).

Alkimim (2015) demonstra em sua pesquisa que os egressos do curso pesquisado tiveram um retorno rápido após a conclusão de seus cursos:

A partir das análises das entrevistas realizadas com os egressos, percebe-se que não houve grandes dificuldades de inserção profissional para esses jovens. Com exceção de um entrevistado, todos relataram que a passagem da escola para o mercado de trabalho aconteceu de forma muito tranquila e rápida (ALKIMIM, 2015, p. 185).

Mas é preciso ponderar, assim como Silva (2012) propõe, que a possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho não depende somente das capacidades individuais – ou da “empregabilidade” do indivíduo, mas depende também da atividade econômica e da geração de emprego: não é simplesmente o fato de ampliar a oferta de trabalhadores com escolaridade mais alta que cria os postos de trabalho correspondentes, mas é preciso ter uma perspectiva mais geral, que vá além do mercado de trabalho, como apontávamos acima.

Em suas conclusões, Alkimim (2015) faz duras críticas ao processo educacional que busca deixar o indivíduo como responsável único por sua empregabilidade. No entanto, reafirma a efetividade da empregabilidade para os egressos do curso pesquisado:

Reitera-se, a partir das interpretações das informações obtidas nesta investigação, que o curso superior de tecnologia analisado foi determinante para a efetivação da mobilização social de nossos informantes. O esboço dessa mobilidade social se faz sentir na interferência direta da formação tecnológica no processo de inserção profissional da amostra investigada que, mesmo acontecendo, de forma diferenciada, diante da existência de variáveis que tornaram mais rápida ou mais demorada a entrada no mercado de trabalho para uns em relação a outros, foi capaz de assegurar melhores condições de emprego, de salários e de qualidade de vida para muitos que, até então, não poderiam alimentar tais expectativas (ALKIMIM, 2015, p. 197 e 198).

Aproveitando as críticas feitas por Alkimim (2015), é importante observar que a onda neoliberal construiu um discurso sobre o papel da Educação no processo de emprego na vida da pessoa. Ou seja, definiu-se que o mérito de conseguir um bom emprego está relacionado a questões individuais.

Para sustentar a afirmação de Alkimim, Batista (2011) busca demonstrar o novo discurso que passou a ser disseminado sobre o papel da educação. Esse embasamento foi criado em cima da justificativa de competências e habilidades individuais, que foi bem difundido e aceito. Desta feita, quanto maior a escolaridade da pessoa, melhores suas possibilidades em ter emprego.

Para tratar de como o conceito de empregabilidade se difunde no mundo, Batista (2011) volta aos anos dourados do capital, que vão do pós-segunda guerra até 1971. Para ele, os motivos que solaparam os anos de ouro do capital foram: aumento do petróleo; desvalorização do dólar em relação ao ouro e fim do tratado de Bretton Woods (BATISTA, 2011, p. 11 - 13). Mais importante ainda, a crise do modelo dos anos dourados foi interpretada como causada pelo excesso de regulamentação das relações de trabalho e excesso de direitos sociais, com o crescimento da defesa do que se chama de “Estado Mínimo” por parte do neoliberalismo. Assim, ganhou cada vez mais peso a ideia de que o indivíduo é responsável por seu sucesso e não que as políticas macroeconômicas possam influenciar a geração de empregos. Nesse sentido as ofensivas também foram na política e na ideologia. A reestruturação política se deu na nova forma de Estado (Estado mínimo) e na empresa (taylorista). Segundo Batista (2011), os reflexos dessas ações buscavam consolidar e legitimar uma nova forma de acumulação e regulação social.

No bojo da reestruturação produtiva, Batista (2011) afirma existir um conjunto de valores que se articula com as formas ideológicas que estão na produção, na política e na cultura e que chegam até o Brasil. Para o autor, as diferentes formas de sociabilidade estão articuladas e intrincadas: na reforma educacional, feita no Brasil no início da década de 70, sobretudo a profissional, o que impera é uma nova ideologia da educação profissional, fundada na nova teoria do capital humano e na lógica das competências (Batista, 2011, p. 18).

Essa nova teoria, a do capital humano, faz surgir o que para Batista (2011) é a base do liberalismo: a figura do individualismo revigorado com o neoliberalismo. A ideia do capital humano fortalece o discurso da responsabilização exclusiva da pessoa, haja vista que o foco é de que o trabalhador é o responsável por sua formação e conseqüentemente por sua colocação em uma vaga de emprego.

Em dissertação de mestrado no ano de 2013, Oliveira (2013) cita inclusive organismos internacionais que defendem essa forma individualizada de garantir uma colocação no chamado “mercado de trabalho”. Segundo Oliveira (2013) a OCDE afirma que: *“a tecnologia destrói empregos de baixa qualificação e cria empregos mais produtivos e melhor pagos”* (:33). Desta feita ela continua:

Então a política pública recomendada seria a de adaptar os sistemas educacionais e de treinamento para um mundo “liderado pela tecnologia”, para a “sociedade do conhecimento”, a fim de promover a criação e a difusão do conhecimento e garantir a propriedade intelectual. O relatório defende que se não existem trabalhadores qualificados para certas posições, estas não serão criadas: seria importante que governos e trabalhadores investissem em educação, obtivessem “empregabilidade” (conceito que responsabiliza o trabalhador por sua qualificação e consequente emprego) e apostem na sociedade do conhecimento, uma sociedade com trabalhadores qualificados e de empregos “de qualidade” (OLIVEIRA, 2013, p 33).

Ainda, citando Oliveira (2013), a noção de capital humano iguala educação a qualificação profissional, fazendo com que a pessoa humana seja reduzida a aquilo que ela recebeu de capacitação. Assim, a educação seria a solução para a qualificação, geração de empregos, melhores salários e a saída para crise.

Desta forma, a vida do trabalhador e seu futuro no “mercado de trabalho” estariam vinculados à eterna capacitação, como bem afirma Oliveira (2013): *“A ‘aprendizagem permanente’ é tida como um elemento central para criar empregos com altos qualificação e salários”* (:34).

Em um trabalho intitulado “Entre a escola e o mercado de trabalho: um olhar crítico sobre as transições”, produzido em 2002, Joaquim Azevedo também chama a atenção para essa visão do capital humano, que transfere ao indivíduo a responsabilidade por sua colocação no que ele chama de *“mercados de trabalho”*:

A propagação desta visão tende a esconder o facto de que a falta de empregos, de empregos qualificados e de empregos mais estáveis é também devida a condições micro e macroeconômicas. De facto, se os sistemas educativos fossem capazes de qualificar muito e bem todos os cidadãos era muito provável que continuasse a haver desemprego e instabilidade nas transições (AZEVEDO, 2002, p. 7).

Deixar o indivíduo e de certa forma toda a sociedade refém desse discurso é uma forma de omitir a importância do papel do Estado na construção de políticas públicas, o que também facilita para justificar a desnecessidade de se ter um Estado forte e atuante na vida social e econômica.

Para Batista (2011), existe um claro cruzamento dessa nova fase do liberalismo com o Toyotismo, ao articular a formação profissional à empregabilidade e às próprias competências como valores individuais: “o discurso é voltado para o indivíduo que tem que aprender a ser, aprender a aprender, num viés individualista possessivo.” (BATISTA, 2011, p. 18).

O raciocínio de Batista (2011) é feito a partir de suas observações sobre o novo modelo de reestruturação produtiva, aliado a novas tecnologias, bem embasadas no discurso de que o Estado não poderia interferir na economia. Não podemos esquecer que esse novo momento do capital se baseia em empresas multinacionais, que vão em busca de mão de obra farta e barata nas periferias do capitalismo. Assim, cria-se também uma nova roupagem ideológica para permitir o acúmulo de capital enquanto os sindicatos e os direitos trabalhistas eram enfraquecidos e uma justificativa para a reestruturação dos novos processos de trabalho e principalmente para os postos de trabalho. Segundo Batista (2011):

A lógica das competências é, portanto, um dos principais componentes que dão fundamento à nova ideologia da educação profissional que se desenvolveu no contexto da reestruturação produtiva. Ela é a base de sustentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (BATISTA, 2011, p. 339).

Batista (2011) busca demonstrar que a lógica da empregabilidade, aliada ao discurso das competências é uma forma de justificar o modo de produção da sociedade capitalista. Essa ideologia de capital humano foi bem difundida e absorvida em nosso sistema educacional. Segundo ele:

A reforma da educação, ao pressupor que a educação básica é a instância para o indivíduo desenvolver as competências gerais que lhe permitirão posteriormente o acesso aos conhecimentos específicos de uma profissão por meio dos cursos técnicos, garantindo assim o acesso do indivíduo à empregabilidade, reafirma os pressupostos e recomendações do Banco Mundial e da CepaL (BATISTA, 2011, p. 339).

Batista (2011) busca demonstrar que essas novas ideologias - competência, empregabilidade e empreendedorismo - estão recheadas de farsas: essas promessas, que expõem valores humanos, escondem a verdade, jamais poderão ser cumpridas. O autor finaliza concluindo que ainda existe a dissimulação para ocultar que o mercado não é para todos. Assim:

Efetivamente essas ideologias perpassam o mundo da educação com a hegemonia do pedagôgo, pós-moderno, multiculturalista, mas também invade o mundo da fábrica e da sociabilidade em geral contribuindo para aumentar a fetichização e estranhamento do mundo do trabalho (BATISTA, 2011, p. 340).

Na análise feita acima, Batista (2011) aponta que esse discurso impõe à sociedade uma forma de aceitar o que já vem determinado pelo sistema capitalista. Essa construção bem montada impede que o indivíduo veja a contradição de todo o sistema: é mais fácil hoje, a partir da imposição da ideologia que justifica a competição, responsabilizar-se a si mesmo por não estar capacitado do que perceber que a incongruência está em um sistema global que se baseia na tendência de gerar desemprego.

Assim, apesar de analisarmos o efeito da qualificação na trajetória profissional de egressos, não podemos perder de vista que a geração de empregos e a colocação no mercado de trabalho não dependem somente da qualificação individual, mas também da estrutura produtiva da sociedade, que gera empregos em determinados setores ou não, e também das condições macroeconômicas, como nível de investimento e crescimento, geração de emprego em setores de qualificação média, capacidade ociosa da indústria etc. Rejeitamos a visão de que a geração de empregos responde a uma dinâmica em que a oferta gera sua demanda (Lei de Say), em que a oferta de pessoas qualificadas criaria a demanda por pessoas qualificadas: a estrutura produtiva e as condições macroeconômicas são fundamentais e não se pode jogar inteiramente ao indivíduo a responsabilidade – tal como querem os neoliberais – por seu fracasso ou sucesso na vida.

Dados atuais corroboram com a visão mencionada acima. Ao compararmos as taxas de desocupação nos últimos cinco anos (2012 - 2016) e os investimentos nominais, em percentual do PIB no mesmo período, podemos perceber que a geração de emprego está diretamente ligada aos investimentos realizados.

Pesquisas sobre emprego e desemprego apontam que a Taxa de Desocupação vinha caindo desde 2003 e cresce brutalmente a partir de 2015. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua, o Brasil alcançou uma taxa de 13,3 % de desocupados em março, abril e maio de 2017, que, segundo Bastos, Welle e Oliveira (2017), , foi a maior desde 2002.

Tabela 1 - Taxa de investimento nominal - Em percentagem do PIB

Ano	2015	2016	2015 T4	2016 T1	2016 T2	2016 T3	2016 T4	2017
-----	------	------	---------	---------	---------	---------	---------	------

Porcentagem	18,9	16,38	16,73	16,78	16,69	16,48	15,63	15,59
-------------	------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

(Fonte Ipeadata <http://www.ipeadata.gov.br/Pan.aspx> )

Ao cruzarmos os dados da Taxa de Desocupação com os Investimentos Nominal, em percentual do PIB, no Brasil no período de 2012 a 2017, podemos observar que nos anos que se tem maior investimento o desemprego é menor (IPEADATA, 2017). Conforme as informações do Ipeadata (2017), em 2012 o investimento nominal foi correspondente a 18,1do PIB, em 2013 de 20,5%, em 2014 de 19,7%, em 2015 em 18,2% e, em 2016 a taxa de investimento foi de 16,4%. Assim, quanto menor o Investimento Nominal maior a Taxa de Desocupação. Assim, confirmamos a ideia de Keynes de que o investimento tem grande relevância sobre a geração de empregos.

Portanto, fazemos a observação de que uma análise sobre a colocação no mercado de trabalho que não analise também as condições de geração de emprego, investimento e estrutura produtiva são necessariamente incompletas.

## **CAPÍTULO II - DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL:**

A realidade política, econômica e social é responsável por ditar os rumos da educação profissional. De acordo com esses três processos e os momentos históricos, a educação profissional avançou ou recuou.

Até chegar aos dias atuais, a Educação Profissional percorreu um longo caminho. Segundo o site do MEC, no artigo “Centenário da Educação Profissional e Tecnológica”, a educação profissional foi iniciada no Brasil ainda em tempos da colônia. A mesma teve papel importante na formação dos índios e de escravos. Com isso foi fortalecida a visão da educação profissional como voltada apenas para os mais pobres da sociedade. (BRASIL, 2009).

Nogueira e Castaman (2014) abordam os passos iniciais e as primeiras impressões que a Educação Profissional deixou. Segundo as autoras, os Jesuítas, oriundos de Portugal, tinham a missão de transmitir a religião católica e alfabetizar e, segundo Peixoto (2009), haveria duas classes de alfabetização: uma com a educação profissional, a qual era destinada aos escravos, que deveriam aprender as técnicas agrícolas; e a outra classe para os filhos da elite colonial, que recebiam uma formação avançada em gramática e música, com o objetivo de continuar seus estudos na Europa (NOGUEIRA e CASTAMAN, 2014).

O período de extração do ouro nas minas representou um segundo momento da educação profissional: havia uma preocupação com a qualificação dos trabalhadores para atuar nas casas de fundição e de moeda, nas regiões auríferas. Segundo citado site do Ministério, esses cursos eram destinados a filhos dos homens brancos, já empregados nas casas de fundição. Tal formação era de cinco ou seis anos e era certificada por meio de uma banca que avaliava as habilidades adquiridas pelo aprendiz e emitia uma certidão de aprovação (BRASIL, 2009).

Também, simultaneamente, no fim do século XVII e início do século XVIII, nos arsenais da Marinha brasileira foram criados Centros de Aprendizagem de Ofícios. Esses Centros serviam para preparar operários vindos de Portugal, pessoas recrutadas das ruas ou presos em condições de produzir.

Mas qualquer possibilidade em manter ou mesmo de desenvolver educação profissional no Brasil sofreu restrições no ano de 1785. Esse marco é devido à proibição imposta pela coroa portuguesa à instalação de fábricas em território brasileiro. Segundo o referido artigo do site do MEC, o Brasil detinha excelentes terras férteis e também um extenso território para

navegação e comércio. Desta forma, a indústria precisava ser cessada, pois poderia deixar o país totalmente independente da colônia (BRASIL, 2009).

Um bom marco para entender esse trajeto da educação profissional é a vinda da família real portuguesa para o Brasil. O livro “1808” de Laurentino Gomes (2007) mostra como a fuga da coroa modificou o futuro país, Brasil. Segundo ele, muitas mudanças e adaptações precisaram ser feitas para receber o contingente de aproximadamente 20 mil pessoas que vieram de Portugal para cá.

Os dois mundos que se encontraram no Rio de Janeiro em 1808 tinham vantagens e carências que se complementavam. De um lado, havia uma corte que se julgava no direito divino de mandar, governar, distribuir favores e privilégios, com a desvantagem de não ter dinheiro. De outro, uma colônia que já era mais rica do que a metrópole, mas ainda não tinha educação, refinamento ou qualquer traço de nobreza (GOMES, 2007, p. 196).

O “atraso” proposital na colonial Brasil precisou ser superado de uma forma rápida. A nobreza necessitava de algo que se aproximasse de seus “requintes europeus”. Gomes (2007) destaca as prioridades do governo recém-instalado em terras brasileiras.

Passados os atropelos da chegada, era hora de colocar mão à obra. Os planos eram grandiosos e havia tudo por fazer no Brasil. Entre outras carências, a colônia precisava de estradas, escolas, tribunais, fábricas, bancos, moeda, comércio, imprensa, biblioteca, hospitais, comunicações eficientes (GOMES, 2007, p. 213).

Além da necessidade de “refinar” a população por meio da educação e cultura, outro fator e, talvez o que mais contribuiu para avançar com a educação profissional foi a revogação, no dia 01 de abril de 1808, do Alvará de 1785, que proibia a existência de fábricas no Brasil. Isso aconteceu, segundo Gomes (2007), porque após a criação do primeiro ministério brasileiro, esse foi incumbido de duas frentes. A primeira era administrativa interna, que buscava melhorar a comunicação, aproveitamento das riquezas e estímulo ao povoamento das colônias. A segunda buscava ampliar as fronteiras portuguesas na América. Gomes (2007) destaca o fracasso dessa segunda frente e o sucesso da primeira, o que acreditamos ter contribuído para o retorno da educação profissional.

Com os planos de expansão territorial fracassados, restou a D. João se concentrar na primeira – e mais ambiciosa – de suas tarefas: mudar o Brasil para reconstruir nos trópicos o sonhado império americano de Portugal. Nesse caso, as novidades começaram a aparecer num ritmo alucinante e teriam grande impacto no futuro do país. Na escala em Salvador, a decisão mais importante havia sido a abertura dos portos. Na chegada ao Rio de Janeiro, foi a concessão de liberdade de comércio e indústria manufatureira no Brasil. A medida, anunciada no dia 1 de abril, revogava

um alvará de 1785, que proibia a fabricação de qualquer produto na colônia. Combinado com a abertura dos portos representava na prática o fim do sistema colonial. O Brasil libertava-se de três séculos de monopólio português e se integrava ao sistema internacional de produção e comércio como uma nação autônoma (GOMES, 2007, p. 215).

Essa nova realidade brasileira impôs a criação, por parte da coroa, de uma educação que buscasse aproximar-se do desenvolvimento europeu, atender os acordos com os ingleses e as necessidades da aristocracia portuguesa. Pela primeira vez o poder público passa a atuar diretamente na formação para o trabalho com a criação do “Colégio das Fábricas”. Segundo o dito artigo, no site do MEC:

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a conseqüente revogação do referido Alvará, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal, de acordo com Garcia, 2000 (BRASIL, 2009, p. 1).

Nogueira e Castaman (2014) também apontam como marco a vinda da família real para o Brasil. A citação ilustra esse momento histórico, que não deixa dúvidas e facilita o entendimento do passo fundamental para que a educação profissional fosse colocada na ordem do dia:

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, a abertura dos portos para comércio internacional e a instalação das primeiras indústrias, houve a necessidade de atender os estrangeiros vindos de Portugal ao Brasil criando o Colégio das Fábricas. Objetivava-se o atendimento aos artífices, manufatureiros e aprendizes vindos de Portugal. Sua gestão foi entregue à ‘Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação’, conforme Peixoto (2009). A educação se desenvolveu na tentativa do reino se aproximar do desenvolvimento europeu e para atender a aristocracia portuguesa e os acordos ingleses (NOGUEIRA e CASTAMAN, 2014, p.4).

Quanto à educação profissional, não existem divergências sobre os avanços com a vinda da família real para o Brasil. Como observamos pelas citações, todas caminham no sentido de reconhecer que sem a fuga da coroa portuguesa ao Brasil possivelmente demoraríamos anos para que a educação profissional se desenvolvesse aqui. Ademais, existia a proibição de qualquer fábrica no país, desde o ano de 1785.

Após esse salto na educação profissional, novo processo de avanço da mesma ocorreu apenas após a Proclamação da República (1889): no ano de 1906, houve a criação no Estado do Rio de Janeiro de 4 escolas profissionais. Segundo BRASIL (2009), o ano de 1906 serviu para consolidar o ensino técnico profissional no Brasil:

O ano de **1906** foi marcado pela **consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil** pelas seguintes ações:

- Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um **projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial**, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto **previa a criação de campos e oficinas escolares** onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.
- A Comissão de Finanças do Senado  **aumentou a dotação orçamentária** para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.
- Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: **“A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”**(BRASIL, 2009, p. 2).

Nogueira e Castaman (2014) destacam, por outro lado, acontecimentos do ano de 1909:

Em 1909, o Decreto n.7.566, de 23 de setembro foi o instrumento legal por meio do qual foram criadas as Escolas de Aprendizes e Artífices no país, às quais eram “destinados os pobres e humildes”. A industrialização e a escassez de mão de obra estrangeira qualificada após a primeira guerra mundial que impulsionaram a implementação de mais cursos técnicos para qualificação de brasileiros. Além da criação de mais escolas surgiram cursos noturnos destinados aos trabalhadores da indústria e para a melhoria do ensino nessa época os diretores e os professores ingressavam por meio de concurso público [...] (NOGUEIRA e CASTAMAN, 2014, p. 4).

De forma um pouco mais clara, Brasil (2009) aponta o ano de 1909 como o momento da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:

Com o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909, **Nilo Peçanha** assume a Presidência do Brasil e assina, **em 23 de setembro de 1909, o Decreto nº 7.566**, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, **dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”**, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL, 2009, p. 2).

No preâmbulo do Decreto 7.566/1909, fica evidente o público a ser atendido pelas Escolas de aprendizes. Mais uma vez, a educação profissional foi pensada para que os pobres continuassem na vida de operários: se eles não tivessem ocupação, possivelmente seguiriam no caminho do “crime”:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual,

como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar codações uteis à Nação: Decreta: (BRASIL, 1909, p. 1).

O Decreto buscou manter uma escola de educação profissional em cada uma das capitais das unidades federativas:

Art. 1º. Em cada uma das capitais dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario gratuito. Paragrapho unico. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes à União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim (BRASIL, 1909, p. 1).

O Decreto ainda trouxe a possibilidade de auxílio da União aos Estados, municípios e associações que mantivessem escolas de aprendizes e artífices e que também se enquadrassem nas regras do referido decreto:

Art. 16. As Escolas de Aprendizizes Artifices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (BRASIL, 1909, p. 3).

A década de 30 foi responsável por um novo momento na educação profissional. Nos primeiros dias dos anos 30, as escolas de aprendizes são desligadas do Ministério da Agricultura e passam a ocupar o Ministério da Educação e Saúde. Uma inspetoria é criada especificamente para a educação profissional. Posteriormente, em 1934 essa inspetoria vira uma superintendência. O artigo no site do MEC destaca esse momento como o período da grande expansão do ensino industrial (MEC, 2009).

Para Nogueira e Castaman (2014), o ano de 1937 serviu para que fosse introduzida na Constituição a previsão para a educação profissional:

Nessa mesma década, em 1937, a Constituição Brasileira, no seu artigo 129, especificamente sobre a educação técnica profissional e industrial para os menos favorecidos, institui como dever das indústrias e sindicatos a criação de cursos para os operários e seus filhos, transferindo a responsabilidade da formação técnica para os empresários da indústria (NOGUEIRA e CASTAMAN, 2014, p. 4).

De fato, a Constituição tratou da educação profissional garantindo-a por meio da execução direta das Instituições Federais, como auxílio para subsidiar os Estados, Municípios, e as associações profissionais ou particulares, assim como inovou ao determinar que as

indústrias e os sindicatos patronais passassem a ter a obrigação de garantir a formação para os filhos dos operários ou de seus associados. Assim dispôs o artigo 129 da constituição de 10 de Novembro de 1937:

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

No ano de 1937 as escolas aprendizes são transformadas em liceus. No entanto:

[...] foi a partir de 1942 que se inicia o processo de vinculação do ensino industrial ao ensino básico do país, com a autorização de alunos formados nesses cursos ingressarem no ensino superior, com isso as escolas artífices tornam-se Escolas Industriais Técnicas e é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (NOGUEIRA e CASTAMAN, 2014, p. 4).

No artigo citado acima não foram mencionadas as reformas de 1941, no entanto, o artigo publicado no site do MEC chama a atenção para as reformas do ensino que levaram o nome de “reforma Capanema”. Segundo o artigo:

Em **1941** vigoraram uma série de leis conhecidas como a “**Reforma Capanema**” que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos:

- **o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;**
- o ingresso nas escolas industriais passou a depender de **exames de admissão;**
- os  **cursos foram divididos em dois níveis**, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (BRASIL, 2009, p.4).

Outro ponto que o artigo do MEC menciona é a possibilidade que os formados em cursos técnicos passaram a ter de fazer curso superior na respectiva área de formação técnica. Esta

informação é um pouco diferente da que foi trazida no artigo de Nogueira e Castaman (2014), que simplesmente afirma que os alunos poderiam ingressar em curso superior.

Durante o governo de JK, 1956 a 1961, com o plano de metas, a relação entre Estado e Economia foi aprofundada. A necessidade de uma política de infraestrutura fez com que 73% dos investimentos fossem despendidos em Energia e Transporte, como informa o citado artigo no site do MEC. Assim, como era necessário preparar uma mão de obra orientada para o cumprimento do plano de metas, a Educação foi contemplada com 3,4% do total de investimentos em públicos no período de 56 a 61 (BRASIL, 2009).

O reflexo da atuação do Estado é sentido no processo de industrialização. Isso por óbvio refletiu também na educação profissional, que necessitou se adaptar à nova realidade econômica, política e social pela qual o país estava passando:

No ano de **1959**, as Escolas Industriais e Técnicas são **transformadas em autarquias** com o nome de **Escolas Técnicas Federais**. As instituições ganham **autonomia didática e de gestão**. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização (BRASIL, 2009, p. 4).

Em 1971, a educação profissional, por meio da lei 5.692 de 11 de Agosto de 1971, passa a ser obrigatória no currículo do segundo grau. Esse período também serviu para que uma nova ideologia fosse difundida nos processos de formação, como pode ser observado logo no primeiro artigo do Capítulo I:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971, p. 1).

À frente faremos uma análise de alguns fatos que ocorreram nesse período para entender as mudanças no mundo do trabalho que influenciaram o currículo da educação profissional.

Com essa nova modalidade de oferta de educação profissional, a quantidade de pessoas que entram no mercado de trabalho precisou passar por nova regulamentação:

O Conselho Nacional de Educação (CNE) no parecer a respeito da lei enfatiza que ao generalizar o ensino profissionalizante no ensino médio não se levou em consideração a carga horária do ensino de base, além de sua rápida implantação ter acarretado [...] “uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de muitos cursos mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas reais da sociedade” [...] (CNE, 1999, p 09). Tal imposição não alcançou os objetivos pretendidos e as escolas estaduais estavam despreparadas para atender essa demanda no termo

exigido. Assim, foi promulgada a Lei 7.044/82 que atenuou a situação tornando facultativo o ensino profissionalizante no segundo grau. A maioria das escolas reverteu seu currículo e o ensino técnico ficou restrito a entidades especializadas no mesmo (CNE, 2009), o que se reproduziu até o final da década de 80 e início da década de 90 (NOGUEIRA e CASTAMAN, 2014, p. 5).

Em meados da década de 90 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aprovada. A novidade trazida pela legislação foi o tratamento em um capítulo específico para a Educação profissional. Segundo o MEC:

Em 20 de novembro de **1996** foi sancionada a **Lei 9.394** considerada como a segunda **LDB**, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, **superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade.** Além disso, define o **sistema de certificação profissional** que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar (BRASIL, 2009, p. 5).

Nos anos 2000, a educação profissional ganha corpo e grande importância. O próprio MEC destaca a nova configuração da Rede Federal, por meio de fusão e criação de centenas de novas unidades de Educação Profissional e Tecnológica e também a integração, por meio do Decreto 5.154 de 2004, do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Ainda:

Em **2006**, com o Decreto 5.840 é **instituído**, no âmbito federal, o Programa Nacional de **Integração** da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – **PROEJA** com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Ainda no ano de **2006** é lançado o **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia** para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado. Durante o ano de 2006 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período **de 05 a 08 de novembro de 2006**, com a **1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes, foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história. Em **2007** há o lançamento da **segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**, tendo como meta entregar à população mais **150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país**, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2009, p. 5).

Em 2011, o Governo Federal, por meio da lei 12.513, criou o PRONATEC. As justificativas apresentadas para o programa englobaram: expansão, interiorização, melhoria da qualidade do ensino médio público e oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos no

país. O público do programa foi definido como sendo jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Além da justificativa apontada, o programa tem ainda diversos objetivos e cinco iniciativas: expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; e Bolsa-Formação. Como nosso trabalho será voltado para uma Instituição Estadual e a maioria dos dados disponíveis hoje sobre Pronatec são relacionados às Instituições Federais, poderemos contribuir e muito para novas informações sobre essa importante política educacional em um âmbito pouco explorado.

Nosso foco principal será a Bolsa-Formação. Essa iniciativa tem a tarefa de oferecer, de forma gratuita, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Tradicionalmente é feita a divisão dos cursos técnicos em duas modalidades: concomitante e subsequente.

A modalidade escolhida para análise nessa dissertação é a conhecida como subsequente, que carrega este nome porque só são admitidos alunos que concluíram o ensino médio. A modalidade subsequente é realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC). A outra modalidade, por ser simultânea ao ensino médio, é conhecida como concomitante. O SISUTEC é gerenciado e financiado pelo Ministério da Educação, sendo sua oferta realizada por Instituições públicas e Privadas de ensino superior e de Educação profissional e tecnológica.

### **CAPÍTULO III - DA UTRAMIG**

Quanto à história da UTRAMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, logo nos primeiros meses de 1961, cogita a possibilidade de implantar em terras mineiras uma “Universidade do Trabalho”. Chegou se a criar um grupo de estudo, por parte do governador à época, Magalhães Pinto, com a tarefa de viabilizar esta possibilidade. Segundo o livro “A UTRAMIG desde a origem”, a presidência desse grupo foi confiada a Edgard de Godói da Mata Machado (UTRAMIG, p. 7, 1983).

Essa ideia e mobilização mineira para a criação da Universidade do Trabalho acabou sofrendo sobreposição de uma iniciativa nacional. Logo no mês de maio de 1961, o então presidente Jânio Quadros, instituiu um novo grupo com a missão de criar um plano para uma Universidade Nacional do Trabalho. A determinação presidencial da criação do grupo vinha acompanhada de datas para realização de um seminário de Fundação da Universidade Nacional do Trabalho. A data do seminário ficou estipulada para os dias 25, 26 e 27 de agosto de 1961, com participação de educadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, além de dirigentes empresariais, presidentes de Sindicatos e Federações de trabalhadores, diretores de entidades estudantis e representantes governamentais (UTRAMIG, p. 7, 1983).

Justamente na data marcada para o seminário, o presidente de então renunciou à presidência do Brasil. Em uma passagem da carta ele chega a citar os trabalhadores e estudantes: “Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia”. (QUADROS, 1961).

Com a renúncia de Jânio, naufraga a possibilidade da criação da Universidade Nacional do Trabalho. No entanto, em Minas, o sonho se manteve vivo e após alguns anos de estudos foi elaborado o projeto de criação da Universidade do Trabalho de Minas Gerais, que se consolidaria na Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG). A lei que autoriza a criação da UTRAMIG é a de número 3.588 de novembro de 1965. O decreto que regulamentou a legislação que criou a UTRAMIG foi o de número 9.219 de 23 de dezembro de 1965 (UTRAMIG, p. 7 e 8, 1983).

Tanto a lei que autoriza a criação quanto o decreto que regulamenta a Fundação deixam bem claro o objetivo da Instituição:

Art. 3º - A UTRAMIG terá por objetivos:

I - Coordenar, orientar e supervisionar o sistema de ensino técnico no Estado de Minas Gerais, para as atividades da indústria e do comércio e, inclusive:

- a) preparar técnicos capazes de atender à diversificação do mercado de trabalho exigida pelo desenvolvimento do Estado;
- b) assegurar ao trabalhador e seus filhos oportunidades de estudo e acesso a cursos de todos os níveis que visem ao ensino técnico, ao aperfeiçoamento e especialização profissional;
- c) organizar e manter cursos de aperfeiçoamento, em regime de estudo normal ou de formação rápida, ou volantes, para trabalhadores adultos;
- d) realizar estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados com suas atividades;
- e) organizar documentário referente à matéria de sua competência;
- f) divulgar estudos, decisões e experiências.

II - Criar, instalar e manter, pelo menos, cinco (5) escolas de ensino superior relacionadas com as atividades do comércio e da indústria (MINAS GERAIS, 2011).

Fica evidente a grande dificuldade orçamentária e financeira imposta à Instituição, desde o seu nascedouro, por parte do Governo do Estado. Segundo o mesmo, após nomear o Reitor e os membros do primeiro conselho diretor, em dezembro de 1965, como se tratava de fim de governo estadual não foi possível a liberação de recursos para a formação do patrimônio fundacional (UTRAMIG, p. 8, 1983).

A inclusão do recurso foi estipulada para o orçamento do ano seguinte. “O novo Governador, Dr. Israel Pinheiro, empossado em 31 de janeiro desse ano, manteve o cargo do Reitor e lhe assegurou apoio ao plano de trabalho para o exercício, afirmando, porém, estar impossibilitado, no momento, de liberar os recursos financeiros” (UTRAMIG, p. 8, 1983).

O esforço de manter a UTRAMIG foi essencialmente de seu Reitor, até porque o momento político pelo qual passava o país não era tranquilo. Pouco mais de 1 ano após o golpe militar, nas eleições para governador de Estado, candidatos contrários ao regime sagraram-se vitoriosos. Foi o caso do então eleito em Minas, Israel Pinheiro que não era alinhado com os militares. Após as eleições para governador o então presidente General Humberto Castelo Branco editou o Ato Institucional número 2, “*em resposta à vitória de governadores da oposição, ato institucional criou eleição indireta, extinguiu partidos, enfraqueceu Judiciário e suspendeu garantias constitucionais*”.

Desta forma surge a UTRAMIG, em um momento conturbado politicamente e com o objetivo, dentre outros, principalmente de formar pessoas para o mercado de trabalho (condizente com a expansão da industrialização e com o “milagre econômico” que viria a seguir), mas limitada pela questão orçamentária. O esforço inicial da Instituição foi buscar recursos junto ao Governo Federal, mesmo com a forte oposição do governo central ao governo estadual. “Iniciou-se, por imposição dessas circunstâncias, esforço de busca de

recursos nos setores do ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura” (UTRAMIG, p. 8, 1983).

Possivelmente, se a UTRAMIG não tivesse colocado em prática essa estratégia de buscar recursos em projetos incluindo o Governo Federal, dificilmente teria sobrevivido aos anos iniciais de vida:

Em agosto de 1966, era o Reitor provido em suas pastas do Governo de então, a do Trabalho e de Ação Social, que lhe coube reorganizar e unificar. Também nesse setor, havia precariedade de recursos, vendo-se o titular na contingência de valer-se de projetos e convênios com a esfera federal para desenvolver amplo programa de formação de mão-de-obra no Estado. O campo era propício à atuação da UTRAMIG, para a qual começavam a abrir-se perspectivas favoráveis de desempenho, embora com total dependência de realização de recursos através de suas próprias atividades(UTRAMIG, p. 8, 1983).

As instalações físicas da Fundação passaram por verdadeira prova. Inicialmente, foram constituídas em um antigo restaurante no Bairro Serra. Os servidores iniciais foram emprestados pela Secretaria de Trabalho e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (SENAI). Para honrar os compromissos, a direção conseguiu uma pequena parcela do tesouro estadual, o que contribuiu para seu não fechamento (UTRAMIG, p. 8 e 9, 1983).

Após conseguir se manter nos meses iniciais de 1966, a UTRAMIG não teve escolha e precisou concentrar esforços em recursos e projetos com o governo federal.

A penúria de meios, face à impossibilidade de alcançá-los mediante transferência pelo Tesouro do Estado, era de tal ordem que o Conselho Diretor, em setembro de 1966, chegou a aprovar moção no sentido de se suspenderem atividades e iniciativas da UTRAMIG, a menos que houvesse real perspectiva de obtenção de recursos orçamentários de custeio. Nesse instante crítico, entendeu o Secretário Agnelo Corrêa Vianna que lhe cumpria deixar a pasta e voltar ao pleno exercício do cargo de ajustes com o Ministério da Educação e Cultura, indispensáveis para a obtenção de recursos, sem os quais corria risco a sobrevivência da instituição (UTRAMIG, p. 9, 1983).

Essa iniciativa e escolha política de encampar programas e projetos com o Governo Federal possibilitou à UTRAMIG arcar com seus servidores e com seus compromissos. Após se concentrar nesses projetos, a direção negociou com o Governo do Estado e com a prefeitura municipal a doação do terreno que hoje é a sede da entidade na Av. Afonso Pena, 3.400, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte. (UTRAMIG, p. 11, 1983).

A articulação com o Governo Federal, além de contribuir com a sobrevivência da UTRAMIG, ainda possibilitou sua participação em diversos programas em nível nacional e até internacional.

Também muito importante para o seu conceito e projeção foi a direção, a ela confiada no Brasil, do Projeto Multinacional de Educação Técnica e formação Profissional, da Organização dos Estados Americanos. A OEA criou, em 1968, o seu Programa de Desenvolvimento da Educação e havia conclamado os Estados-membros a apresentarem projetos de seu interesse. A Diretoria do Ensino Industrial do MEC, com a colaboração dos diretores de escolas técnicas federais, tinha preparado projetos na área de ensino técnico, mas se verificou que estes não cobriam os requisitos internacionais exigidos. Convocado para oferecer sua colaboração, o Reitor, graças à experiência naquele campo, conseguiu preparar, em curto prazo, uma proposta que veio a converter-se na participação brasileira em tal projeto. Aprovado e adotado no País, fazendo-o pelo espaço de 12 anos, de 1970 a 1982. O êxito alcançado com o trabalho projetou-a internacionalmente e permitiu que ficassem expressivas e duradouras marcas de sua presença em diversos Países das Américas” (UTRAMIG, p. 11 e 12, 1983).

A sonhada Universidade conseguiu por conta própria constituir seu patrimônio. Após os sustos iniciais, a UTRAMIG se consolidou, principalmente com a alteração da legislação estadual de 1972. Aproveitando as mudanças que o Conselho Federal de Educação estava impondo à organização de Universidades, o termo inicial de Universidade foi substituído por Fundação.

A lei Estadual nº 6.069, de 21 de dezembro de 1972, cumpriu esse objetivo: sem proscrever o uso da sigla consagrada, mudou a sua denominação para Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais e traçou-lhe em definitivo a estrutura básica e as finalidades sociais (UTRAMIG, p. 12, 1983).

Após a alteração de 1972, outras alterações aconteceram apenas para vincular a UTRAMIG a outra secretaria, ou mesmo para mexer na estrutura administrativa. As alterações não modificaram as finalidades que a Instituição passou a ter nesses últimos anos.

Para saber como a UTRAMIG se manteve e os principais projetos desenvolvidos nas décadas de 80, 90 e de 2000 até 2013, enviamos um questionário para as servidoras mais antigas e a Secretária Escolar, que ainda continuam vinculadas à Instituição.

As servidoras entrevistadas foram: Geralda de Fátima, que ingressou no ano de 1986, atualmente coordenadora do RH da Instituição, que será citada no decorrer da análise até o final da mesma como QF; Lourdes, que entrou em 1989, executou atividades relacionadas ao financeiro por muito tempo e atualmente está cedida a outro órgão, mas continua auxiliando na parte orçamentária da Instituição, será citada como QL; Tatiana Clarete, que ingressou em 1990, atualmente supervisora na Diretoria de Ensino e Pesquisa, será citada como QT. Ao longo da construção dessa dissertação encontramos muita dificuldade para ter acesso a informações escritas e publicadas sobre a Fundação. O caminho escolhido foi confeccionar

questionários e contar com a boa vontade de pessoas que viveram a história da Institucional. As perguntas foram as mesmas para todas.

A Servidora Geralda de Fátima, QF, conhecida por todos como Fatinha, trabalha na Fundação desde o ano de 1986. No entanto, antes de ser servidora já frequentava a Instituição acompanhando sua mãe que também trabalhou na Fundação. Depois foi aluna do curso de Patologia e em seguida passou a se dedicar como servidora. Sua história se confunde com a da UTRAMIG. Pelas informações do questionário que a mesma respondeu, a UTRAMIG contava na década de 80 com alunos essencialmente pagantes. Esses alunos realizavam cursos técnicos, de qualificação e de licenciatura. Ainda, podemos concluir que as despesas e o custeio da Instituição eram por obra dos recursos arrecadados de alunos pagantes e alguns poucos convênios. Nas palavras dela, a principal alteração acontece no ano de 1988, quando a UTRAMIG passa a ter a obrigação de realizar concursos públicos para o provimento em seus cargos.

[...] Até 1988 a UTRAMIG era mais particular que pública e se chamava Universidade do Trabalho de Minas Gerais. Em 1988 ela se transformou numa Fundação. Houve concurso público e os servidores passaram a receber pelo estado, mas os cursos continuaram sendo pagos pelos alunos. A UTRAMIG sobrevivia com os próprios recursos. Não me lembro dos projetos, mas lembro-me que tínhamos que entregar senhas para matrículas dos cursos técnicos. Outro curso bem procurado era o de licenciatura. Por fim, além destes tínhamos cursos de qualificação de mecânica de autos, torneiro mecânico, soldador e outros. A UTRAMIG era cheia de alunos e a maioria pagante. Além dos convênios com os laboratórios de análises clínicas, Polícia Militar (QF).

As demais servidoras não conseguiram responder à primeira pergunta, pois ainda não trabalhavam na Instituição.

Na década de 90 as informações são mais abundantes. Segundo Fatinha:

O FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, foi um projeto que investiu nas pessoas que moravam na Periferia com cursos de rápida duração: Pedreiro, Marceneiro e outros (QF).

A servidora Lourdes, carinhosamente chamada por todos de Lourdinha, detalha um pouco mais os projetos desenvolvidos pela Instituição nessa década:

Formar e capacitar alunos nos cursos técnicos, Licenciatura Plena, Pós-Graduação e cursos profissionalizantes de curta duração;  
 Contrato com secretarias de estado para execução de ações do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT;  
 Contrato com a Polícia Militar para executar o Programa Raízes da Terra;  
 Convênio com secretaria de estado para gestão do PROMAM (QL).

A servidora Tatiana Clarete esmiúça com mais detalhes os cursos, os projetos e também a fonte de manutenção da Fundação durante a década de 90:

Comecei na UTRAMIG atuando na diretoria de Qualificação Profissional, supervisionando cursos de qualificação aberto ao público alfabetizado e pagante, com duração de 6 meses: Mecânica de Autos, Mecânica de Motos, Serralheria, Tornearia Eletricista Instalador, Comandos Elétricos e Solda Elétrica e Oxiacetilênica.

Na época, a UTRAMIG contava com uma estrutura montada de oficinas no Bloco Tecnológico com todos os equipamentos e maquinários necessários para a execução das aulas práticas e teóricas. O convênio com a Fiat permitia o constante rodízio de automóveis e motores. Inclusive a UTRAMIG foi a pioneira em repassar aos seus alunos o motor com injeção eletrônica. Visitas à fábrica da Fiat em Betim também eram autorizadas para os alunos observarem toda a estrutura de uma linha de produção até a prova de teste na pista com o veículo (QT).

Um pouco à frente, na pergunta de número 3, Tatiana afirma que no final da década de 90 a UTRAMIG começa a realizar cursos financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Assim, a UTRAMIG passou a ter cursos financiados pelo FAT, de acordo com as respostas confeccionadas pelas três. Também não resta dúvida nas palavras de Lourdinha e Tatiana de que a UTRAMIG continuava tendo seus principais cursos e custeio saindo da fonte de alunos pagantes. Um detalhe é importante ser observado na resposta de Lourdinha é que, segundo ela, a UTRAMIG realizou convênios, na década de 90, com alguns órgãos públicos para financiar seus cursos.

Entre os anos de 2000 e 2013, a UTRAMIG passa por um novo momento, segundo as respostas ao questionário. A Instituição passou a ter uma gama maior de fontes de financiamento, maior oferta de cursos e também de expansão. Fatinha, ao responder esta questão, também relatou alguns projetos e a parceria para a criação de uma nova Unidade.

Lourdinha destaca os cursos, as parcerias e também a expansão da Instituição:

Formar e capacitar alunos nos cursos técnicos, Licenciatura Plena, Pós- Graduação e cursos profissionalizantes de curta duração;

Parcerias com empresas privadas e secretarias de estado para execução de pequenos projetos como...(verificar junto à área finalística, DQE);

Programa de cursos profissionalizante para pessoas portadoras de necessidades especiais(deficientes auditivos e visuais);

Implantação das unidades de Nova Lima, Vespasiano e Uberlândia;

Implantação da Gestão à Vista e ferramentas do PDCA para melhorar a gestão;

Participação no Prêmio Mineiro de Qualidade de Minas Gerais, ficando com a 2ª colocação com a medalha de prata;

Termo de Adesão com o governo federal através do FNDE para pactuação de vagas para o PRONATEC (QL).

Tatiana, por ter participado da qualificação, tem maiores detalhes, principalmente na área que era responsável:

Em final da década de 90 a UTRAMIG expandiu a Qualificação Profissional levando seus cursos a mais de 200 municípios mineiros através de recursos financeiros do Governo Federal pelo convênio FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Estado foi mapeado por regiões onde os coordenadores gerais se dividiam fazendo os primeiros contatos com as prefeituras fechando parcerias de cooperação.

A Unidade Móvel de Aprendizagem (caminhão baú) saía da sede com todo o equipamento permanente para execução do curso específico e fazia a distribuição. O material de consumo era adquirido na própria localidade. Assim que o curso terminava, a Unidade Móvel recolhia o material e levava para outra região.

Listagem de alguns cursos: Eletricista Instalador, Tornearia, Soldador, Pintor, Pintura Especial- Pátina, Pedreiro, Bombeiro Hidráulico, Serralheiro, Costureira, Confecção de Colcha de Retalhos a Mão, Salgadeira, Doceira, Churrasqueiro, Garçom, Copeiro, Piscicultor, Avicultor, Cuidador de Idosos, Baby Sister, Manicure, Pedicura, Cabelereiro, Cooperativismo, Gestão de Negócios, Empreendedorismo, Atendente de Loja, Informática Básica e outros.

A carga horária de cada curso era de no máximo 100h e os alunos recebiam lanche, transporte e apostila. As apostilas eram divididas por habilidades: Básica, Específica e de Gestão.

Ao final do curso os alunos recebiam certificado de conclusão e automaticamente já se encontravam cadastrados no SINE local. Alguns montavam seu pequeno negócio. Foram desenvolvidos também cursos em Penitenciárias de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Contagem, Teófilo Otoni e Governador Valadares.

Durante o curso foram executadas algumas obras nos presídios como suítes para encontros íntimos, igreja, curral, etc e com o trabalho dos detentos, eram concedidos alguns benefícios aos mesmos (QT).

Ao responderem à última pergunta, as três demonstraram essa mudança que a Instituição veio passando, nos anos 2000, de reduzir o número de alunos pagantes e migrando para convênios. Fatinha destaca inclusive a mudança radical que aconteceu com a execução do PRONATEC. Lourdinha detalha todas as fontes de financiamento nesses 30 anos: segundo ela são fontes de alunos pagantes; recursos do Estado; convênios com órgãos públicos e privados e transferências de recursos vinculados a algum programa.

Tatiana também relata no mesmo sentido: receita de alunos pagantes que não estavam vinculados a nenhum programa de bolsa, Fundo de Amparo ao trabalhador, convênios com órgãos do governo de Estado e do governo Federal e municípios.

Observando os dados e informações atuais da UTRAMIG, podemos constatar que ela guarda muitas semelhanças com a proposta inicial da Instituição, que sofreu para se firmar como uma Fundação. Para saber um pouco mais sobre a atualidade da cinquentenária Instituição é importante citar a missão, visão e valores, divisão de trabalho e também as últimas ações executadas.

### III. 2. A UTRAMIG HOJE: DADOS, AVANÇOS E AMEAÇAS

A missão da UTRAMIG atualmente é “Formar profissionais nos diversos níveis de ensino com educação de qualidade para o mercado, promovendo qualificação, inserção e inclusão social. Sua visão é “Ser uma fundação de referência em educação profissional inovadora, obtendo o reconhecimento da sociedade”. Já os valores da Instituição são: “Ética, respeito, educação, inovação, sustentabilidade, cooperação e comprometimento” (UTRAMIG, 2016).

A UTRAMIG conta com um quadro de servidores efetivos, terceirizados, contratados e designados. A direção da Fundação conta com um Presidente (a), uma Diretora de Ensino e Pesquisa (DEP), uma Diretora de Qualificação e Extensão (DQE), uma Diretora de Ensino a Distância (DEaD) e uma Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças (DPGF). As três primeiras diretorias são responsáveis por cumprir a finalidade da Instituição. A última por sua vez, deve viabilizar os recursos e os meios para que as demais executem suas atividades.

No Estatuto da UTRAMIG, decreto 45.740 de 22 de setembro de 2011, encontramos as definições para cada Diretoria. A função da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças (DPGF), dentre outras é gerenciar, planejar, coordenar, acompanhar tudo que diz respeito ao funcionamento financeiro, contábil e orçamentário da Instituição. Esta diretoria é responsável por fazer com que as demais movimentem e executem suas ações específicas. O artigo 13 do citado decreto é todo dedicado a DPGF:

Da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

Art. 13. A Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças tem por finalidade garantir o efetivo gerenciamento das ações voltadas para a gestão e o planejamento institucional, em consonância com as diretrizes estratégicas da UTRAMIG, competindo-lhe:

I - coordenar, em conjunto com a Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação da SETE, a elaboração do planejamento global da UTRAMIG, com ênfase nos projetos associados e especiais, acompanhar e avaliar sua execução e propor medidas que assegurem a consecução dos objetivos e metas estabelecidos;

II - coordenar a elaboração da proposta orçamentária da UTRAMIG, acompanhar sua efetivação e respectiva execução financeira;

III - instituir, em conjunto com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG e a SETE, instrumentos e mecanismos capazes de assegurar interfaces e processos para a constante inovação da gestão e modernização do arranjo institucional do setor, tendo em vista as mudanças ambientais;

IV - implementar a Política de Tecnologia da Informação e Comunicação- TIC-da UTRAMIG;

V - zelar pela preservação da documentação e informação institucional;

VI - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos;

VII - coordenar o sistema de administração de material, patrimônio e logística; e  
VIII - coordenar, orientar e executar as atividades de administração financeira e contabilidade.

§ 1º Cabe à Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças cumprir orientação normativa emanada de unidade central a que esteja subordinada tecnicamente nas Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda.

§ 2º A Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças atuará, no que couber, de forma integrada à Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação da SETE(MINAS GERAIS, 2011).

Acompanhando a ordem numérica do Decreto, aparece a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP). Essa diretoria tem como finalidades principais, coordenar o ensino e pesquisa da instituição, sendo de sua responsabilidade os cursos técnicos nas modalidades subsequente e concomitante. A Diretoria fez duas pactuações nessa modalidade. A última foi em meados de 2015. A única execução de PRONATEC que não é executada por essa diretoria são os cursos Formação Inicial e Continuada (FIC), que por sua vez são geridos pela Diretoria de Qualificação e Extensão. Segundo o Decreto:

Art. 14. A Diretoria de Ensino e Pesquisa tem por finalidade coordenar a formulação da política de ensino e pesquisa, acompanhar e avaliar sua implementação, gerir as atividades de educação, compreendendo o ensino médio, bem como as atividades de administração, planejamento, orientação, coordenação, supervisão e controle das atividades de pesquisa, competindo-lhe:

I - desenvolver estudos para a avaliação do mercado e de clientela potencial no âmbito de atuação da UTRAMIG para subsidiar a definição de conteúdos programáticos, custos, investimentos necessários e outros aspectos relacionados ao planejamento de suas atividades;

II - coordenar a definição de currículos e programas a serem desenvolvidos em cursos ministrados pela UTRAMIG, de responsabilidade da Diretoria de Ensino e Pesquisa - DEP, em consonância com as diretrizes de atuação da Fundação no sistema regular de ensino;

III - promover ou realizar estudos e experiências para desenvolvimento de metodologias e estratégias de formação profissional, dentro da área de sua competência;

IV - acompanhar a execução do planejamento de suas atividades, promovendo a articulação dos recursos humanos e materiais disponíveis na UTRAMIG para realização de cursos e desenvolvimento de projetos em sua área de atuação;

V - promover, em sua área de atuação, estudos e avaliações das atividades docentes da UTRAMIG, de modo a aperfeiçoar o processo de planejamento e execução dos cursos técnicos e pós-técnicos realizados pela Fundação;

VI - estabelecer e promover contatos com instituições das áreas do ensino profissional, de modo a garantir a validade dos diplomas e certificados dos cursos sob sua responsabilidade;

VII - promover, em sua área de atuação, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias de ensino utilizadas nos cursos técnicos e pós-técnicos ministrados pela UTRAMIG, tendo em vista sua adequação à educação para o trabalho;

VIII - promover o desenvolvimento de metodologias que dêem suporte ao processo de planejamento no âmbito do ensino;

IX - promover, em sua área de atuação, o acompanhamento de egressos dos cursos técnicos e pós técnico ministrados pela UTRAMIG, visando ao aperfeiçoamento curricular, metodológico e docente;

X - propor ao Presidente da UTRAMIG medidas que visem ao desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico e operacional da Fundação, na sua área de atuação; e XI -

participar da elaboração de planos, projetos e programas da UTRAMIG e das propostas orçamentárias na sua área de atuação (MINAS GERAIS, 2011).

A Diretoria de Qualificação e Extensão (DQE) tem dentre as funções principais a execução de cursos no âmbito da FIC. Popularmente, os cursos FICs são conhecidos como qualificação, são de menor duração e não tem exigência - na maioria das ofertas - de escolaridade mínima. Assim dispõe o decreto sobre a DQE:

Art. 15. A Diretoria de Qualificação e Extensão tem por finalidade coordenar e desenvolver as políticas de formação inicial e continuada no âmbito da qualificação profissional e de educação inclusiva da UTRAMIG, respondendo às necessidades e diretrizes no campo do trabalho, do emprego e da geração de renda emanadas pelos diversos agentes sociais, bem como se alinhando ao marco regulatório de suas ações, competindo-lhe:

I - desenvolver estudos para a avaliação do mercado, de parceiros e de clientela potencial, para subsidiar a definição da carteira de cursos, conteúdos programáticos, custos, investimentos necessários e outros aspectos relacionados ao planejamento de suas atividades;

II - coordenar a definição de currículos e programas a serem desenvolvidos em cursos ministrados pela UTRAMIG, em consonância com as diretrizes de atuação da Fundação na formação, qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização profissional;

III - disponibilizar, articular e integrar os recursos humanos e materiais disponíveis na UTRAMIG para realização de cursos e para o desenvolvimento de projetos em sua área de atuação;

IV - desenvolver, adaptar e aperfeiçoar metodologias e estratégias de formação, qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização profissional;

V - promover, em sua área de atuação, o intercâmbio com outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras;

VI - promover, em sua área de atuação, estudos e avaliações das atividades docentes, de modo a aperfeiçoar o processo de planejamento e execução dos cursos realizados;

VII - estabelecer, promover e manter contatos com instituições demandantes de ações de qualificação e extensão, de modo a identificar oportunidades de crescimento e desenvolvimento da atuação profissional, em sua área de competência;

VIII - garantir a validade e o reconhecimento dos diplomas e certificados de cursos ofertados e realizados em sua área de atuação, promovendo a relação com as instituições pertinentes para tal;

IX - promover, em sua área de atuação, o acompanhamento de egressos dos cursos ministrados, tendo em vista o aperfeiçoamento curricular, metodológico e docente;

X - propor à Direção Superior, observadas as devidas competências, a adoção de medidas que visem ao desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico e operacional da UTRAMIG;

XI - participar da elaboração de planos, projetos e programas da UTRAMIG, bem como das propostas orçamentárias na sua área de atuação;

XII - trabalhar na captação de recursos e identificação de oportunidades, junto aos diversos agentes sociais, com a finalidade de viabilizar os projetos de sua competência, fundamentalmente aqueles de interesse social, voltados para o desenvolvimento do trabalhador;

XIII - desenvolver, ofertar e executar produtos de consultoria a instituições demandantes, na sua área de competência; e XIV - examinar e pronunciar-se sobre contratos e convênios celebrados pela UTRAMIG, e sobre propostas de ações que contemplem sua área de atuação (MINAS GERAIS, 2011).

Por fim, temos a Diretoria de Ensino a Distância (DEaD), que deve estar alinhada com toda política de tecnologia e comunicação. Esta diretoria por sua vez executa tanto os cursos FICs de qualificação, quanto os cursos técnicos à distância. Lê-se no Decreto:

Art. 16. A Diretoria de Ensino à Distância tem por finalidade coordenar e desenvolver as políticas e diretrizes para o Ensino à Distância - EAD, compreendida como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, estabelecidas no âmbito da UTRAMIG, competindo-lhe:

I - planejar, executar, orientar, supervisionar e avaliar políticas e diretrizes para a educação à distância estabelecidas pela UTRAMIG;

II - ofertar cursos e atividades formativas que envolvam uso de tecnologias midiáticas e digitais, em todos os níveis e modalidades da educação inicial e continuada de qualificação profissional, básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior, respeitadas as especificidades legais e metodológicas;

III - gerir os processos de credenciamento e autorização de cursos, garantindo a observância ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional;

IV - trabalhar para a existência e manutenção de instalações físicas, serviços de suporte e infraestrutura, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação adequados à realização das ações institucionais na modalidade EAD;

V - desenvolver, incentivar e divulgar estudos, inovações e experiências que apoiem a difusão da educação à distância, visando potencializar a democratização dos conhecimentos, dos bens culturais e técnicos e a melhoria das condições de cidadania dos seus destinatários;

VI - formar, aperfeiçoar e especializar equipes de suporte técnico e docente, na modalidade de Educação à distância, para atuarem em todos os níveis de ensino, visando à autonomia institucional da UTRAMIG em EAD, por meio do envolvimento da comunidade docente;

VII - promover e manter contatos com instituições demandantes de ações de educação à distância, de modo a identificar oportunidades de crescimento e desenvolvimento da UTRAMIG, em sua área de atuação;

e VIII - propor e desenvolver parcerias com instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais, com o objetivo de desenvolver programas, projetos e atividades que corroborem a promoção e difusão do conhecimento e formação nas diversas modalidades de educação à distância (MINAS GERAIS, 2011).

A Fundação mantém duas Unidades no interior para a Educação Técnica: uma na cidade de Nova Lima, por meio de uma parceria com a prefeitura local, mantém os cursos de Técnico em Eletrônica, Técnico em Enfermagem, Técnico Informática, Técnico em Segurança do Trabalho; e outra na cidade de Uberlândia, por meio do PRONATEC, com três cursos: Técnico em Informática, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Recursos Humanos.

O custeio destes cursos depende do PRONATEC, alunos pagantes na unidade de Belo Horizonte e parceria com a Prefeitura de Nova Lima. Desde que a UTRAMIG foi autorizada a ministrar cursos pela modalidade subsequente do PRONATEC, se matricularam 472 alunos.

Em 04 de maio de 2016, sob a alegação de cortes de gastos, chegou à Assembléia de Minas Gerais a proposta de extinção da UTRAMIG, enviada pelo Governo de Estado. Essa proposta, em forma de projeto de lei, foi duramente criticada por alunos, professores e demais servidores. Duas audiências públicas com a presença maciça de servidores e alunos aconteceram. A direção da UTRAMIG foi convidada a participar da última que foi chamada em nome de três comissões da Assembléia: Comissão de Assuntos Municipais, tendo como presidente o Deputado Fred Costa (PEN); Comissão de Educação Ciência e Tecnologia, tendo como presidente o Deputado Paulo Lamac (REDE); e Comissão de Participação Popular, tendo como presidente a Deputada Marília Campos (PT).

Durante a Audiência foi entregue por parte da UTRAMIG um esboço dos números na Instituição até o mês de maio de 2016. Esse documento foi repassado aos presidentes das três comissões. O documento, que também serviu para produção de matéria veiculada no site da Assembléia no dia 30 de junho, aponta que a Instituição conseguiu chegar a 13 dos 17 territórios regionais do Governo do Estado. Também construiu parcerias com o Governo Federal, Secretarias de Estado, Prefeitura Municipal e empresas de iniciativa privada. Desta forma, como se lê em documento produzido pela UTRAMIG, com ações de qualificação, licenciatura, educação técnica e ensino a distância, a Fundação foi responsável, apenas no ano de 2015 a maio de 2016, por:

Executar cursos de Qualificação, atendendo a 3.589 pessoas;

Matricular no Ensino Técnico 2.397 alunos.

Matricular em cursos Ensino a Distância, 4092 alunos.

Assinou convênio no valor de **R\$1.350.000,00** (um milhão trezentos e cinquenta mil reais), com a Prefeitura de Nova Lima, para ministrar cursos técnicos nos anos de 2015 e 2016.

Assinou convênio com a MRV no valor **R\$236.800,00** (duzentos e trinta e seis mil e oitocentos reais) para ministrar cursos técnicos, na modalidade a distância para 80 detentos no complexo de Ribeirão das Neves.

Assinou convênio com a SEDESE, no valor de **R\$1.203.000,00** (um milhão duzentos e três mil reais) para realizar a capacitação para comunidades tradicionais.

Assinou convênio com a Secretaria de Cultura, no valor de **R\$ 138.000,00** (cento e trinta e oito mil reais), para realizar a formação, na modalidade a distância para Conselheiros Culturais e Patrimoniais.

Assinou convênio com a SEDESE, no valor de **R\$ 44.800,00** (quarenta e quatro mil reais) para realizar curso a distância para formar de 310 servidores do SINE.

Pactuou com o MEC, via PRONATEC, a quantia de **R\$ 17.008.620,00** (dezessete milhões e oito mil seiscientos e vinte reais).

Recebeu emenda parlamentar no valor de **R\$580.000,00** (quinhentos e oitenta mil reais), para ministrar cursos técnicos na cidade de Ipatinga.

CASO A UTRAMIG NÃO SEJA EXTINTA. JÁ PACTUAMOS COM A SEDESE O VALOR DE R\$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES), PARA EXECUTAR CURSOS DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DA REGIÃO METROPOLITANA (Documento produzido pela UTRAMIG em 2016).

Após essa audiência pública, o Projeto de Lei que tratava da extinção da Fundação ficou parado em uma das comissões da Assembléia e não foi levado adiante. Todos os demais projetos de leis que tratavam de outros órgãos avançaram, sendo o da UTRAMIG o único que parou e possibilitou a Instituição continuar tocando sua missão.

## **CAPITULO IV – OBJETIVO E METODOLOGIA DA PESQUISA**

A UTRAMIG existe a mais de 50 anos na capital mineira. Ao longo destes anos, milhares de alunos se formaram e ingressaram no mercado de trabalho. Imaginamos que a qualificação na Instituição faça a diferença no mercado de trabalho.

O nosso recorte para estudar essa questão será feito na Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), pois os cursos objeto de nossa discussão serão os subsequentes na modalidade PRONATEC. Essa diretoria se diferencia na execução de suas finalidades da DQE em dois aspectos fundamentais. Enquanto esta diretoria é responsável por cursos de menor duração e escolaridade reduzida, a DEP por sua vez, tem em seu portfólio cursos de no mínimo 800 horas (ou seja, 1 ano) e obrigatoriamente os alunos devem ter concluído o ensino médio ou estar nos anos finais do ensino médio, sendo que a certificação é condicionada a conclusão do ensino médio.

Os Cursos Técnicos necessitam de um rigor para a existência dos mesmos. Só existem após uma tramitação que leva meses e até ano para a liberação. O processo começa na Superintendência de Educação, que é uma divisão regional por municípios que a Secretaria de Educação realiza, vai para o conselho, depois de aprovado nesse, vai para que a (o) Secretária (o) de Educação que expeça a portaria autorizativa.

Na modalidade de Educação Técnica a UTRAMIG mantém 9 (nove) cursos na sede em Belo Horizonte: Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Eletrônica, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Telecomunicações. O nono é uma especialização de curso técnico em Enfermagem, que leva o nome de Instrumentação Cirúrgica, com a duração de 6 meses, ou seja, 400 horas, que necessita da formação em Técnico em Enfermagem, Instrumentação Cirúrgica.

No segundo semestre do ano de 2013 a UTRAMIG passou a ofertar vagas para alunos na modalidade SISUTEC. Ao longo destes 4 anos, 472 alunos se matricularam e 172 estudantes concluíram e retiraram o certificado de seus cursos técnicos. Possivelmente estes começaram a trabalhar ou receberam possíveis promoções em seus cargos, motivados pela certificação da conclusão de algum destes cursos ofertados.

Neste sentido, saber se o curso foi importante para o sucesso no emprego ou na melhoria salarial é fundamental para que a UTRAMIG possa fazer ajustes ao programa e até mesmo

sugerir ao demandante, Ministério da Educação, por meio de um estudo aprofundado se o programa está atendendo um de seus objetivos que é o acesso ao emprego.

A iniciativa que trataremos em nosso trabalho é a Bolsa-Formação. Essa tem a tarefa de oferecer, de forma gratuita, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Tradicionalmente é feita a divisão dos cursos técnicos em duas modalidades: concomitante e subsequente.

Em nosso questionário e também na dissertação trataremos apenas da modalidade subsequente. Essa carrega este nome porque só admite alunos que concluíram o ensino médio. A modalidade subsequente é realizada por meio do SISUTEC, que é gerenciado e financiado pelo Ministério da Educação, sendo sua oferta realizada por Instituições Públicas e Privadas de ensino superior e de Educação profissional e tecnológica.

No ano de 2013 a UTRAMIG passou a ofertar vagas para alunos na modalidade SISUTEC. Os números objetivos apontam que a Fundação realizou duas pactuações (ou acordos) com o Governo Federal para a execução dos cursos na modalidade subsequente, a primeira já apontada no ano de 2013 e a segunda em meados de 2015. O total de alunos que ingressaram nas duas pactuações foi de 472. Um ponto que nos instigou e também já foi abordado no capítulo I são os dois estudos que acabaram divergindo sobre a possibilidade de empregabilidade. O primeiro com o título de: *“Juventude trabalhadora brasileira: percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in)certos”*, de José Humberto da Silva, aponta que existem diversos fatos que relacionam a empregabilidade, não sendo a formação a centralidade. Outro estudo, feito por Giuliano Viana de Alkimim, com o tema: *“Empregabilidade dos egressos dos cursos superiores de tecnologia em diferentes regiões do Estado de Minas Gerais: o caso do curso de análise de desenvolvimento de sistemas”*, demonstra que a formação foi fundamental para o emprego e a melhoria salarial.

O questionário foi o grande norteador da dissertação e teve a natureza de uma pesquisa de levantamento, descritiva e quantitativa. O referido questionário teve como base os seguintes elementos:

- 1- Público alvo: alunos que concluíram e retiraram seus certificados junto à Instituição na modalidade SISUTEC;
- 2- Objetivo: colher dados que demonstrem a contribuição do curso para a empregabilidade e melhoria salarial do egresso;

3- Metodologia: elaboração de formulário direcionado ao público alvo, contendo perguntas objetivas e respostas limitadas às opções oferecidas pelo pesquisador.

Enviamos um questionário aos alunos que concluíram com perguntas relacionadas à contribuição que o curso deu para seu emprego atual, quanto tempo demorou para que ele conseguisse o emprego e se ele acredita que o curso foi fundamental para que o mesmo conseguisse o cargo. O questionário se encontra em anexo.

A nossa expectativa inicial foi a de demonstrar que para aqueles que concluíram e levantaram seus certificados as oportunidades foram maiores.

Esse questionário, como afirmado acima foi enviado por e-mail, em seguida eles retornaram com suas respostas. A intenção inicial era de chegarmos próximos aos 170 alunos que retiraram seus diplomas junto à fundação. No entanto, conseguimos ter o retorno de 72 questionários respondidos. Como o tempo não nos permitia mais, resolvemos buscar entender as respostas e dissertar sobre elas.

## CAPÍTULO V– AS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO:

Do total de 170 alunos que concluíram seus cursos e retornaram para retirar seus certificados, 72 responderam ao questionário. O questionário foi enviado para todos os alunos no mês de março de 2017. Destes retornos, é interessante e importante destacar que 59 foram do sexo feminino e 13 do sexo masculino.

Outro ponto que devemos destacar é a grande participação do sexo feminino em cursos da área da saúde, como os cursos de Enfermagem e Análises Clínicas. Alunos que concluíram e retiraram o diploma do curso de Enfermagem perfazem um total de 80, sendo que deste, 75 são do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Já no curso de Análises Clínicas, 38 alunos concluíram o curso e deste, 36 são do sexo feminino e apenas 2 do sexo masculino. Não foi possível precisar o ano de ingresso e conclusão de cada aluno.

Por outro lado, nos cursos de Eletrônica, Telecomunicação e Informática o sexo masculino tem maior incidência que o feminino. Em Eletrônica dos 3 alunos que retiraram o diploma, todos são do sexo masculino. Em Telecomunicação 7 são do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Em Informática por sua vez 7 alunos retiraram seus diplomas, sendo desses 5 do sexo masculino e 2 do feminino. No curso de meio ambiente, de um total de 23 alunos que retiraram seus diplomas, 17 são do sexo feminino e 6 do masculino. O curso de segurança do Trabalho apresentou praticamente igualdade em termos de sexo: de 11 alunos que concluíram e retiraram seus diplomas, 6 eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino.

Tabela 2 - Concluintes por sexo e cursos dos sequenciais SISUTEC ofertados pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas

Curso	Feminino	Masculino	Total
Enfermagem	75	5	80
Análises Clínicas	36	2	38
Eletrônica	0	3	3
Telecomunicações	1	7	8
Informática	2	5	7

Meio Ambiente	17	6	23
Segurança do Trabalho	6	5	11
Total	137	33	170

(Fonte: Elaboração Própria)

Tabela 3 - Concluintes por sexo dos sequenciais SISUTEC ofertados pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas

Sexo	Alunos	Porcentagem
Feminino	137	80,59%
Masculino	33	19,41%
Total	170	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Dos 170 alunos que retiraram seus diplomas 137 são do sexo feminino e 33 do sexo masculino. Isso em percentual representa 80,59% feminino e 19,41% masculino.

Podemos assinalar que a participação na pesquisa também teve maior implicação do sexo feminino. Dos alunos que responderam e retornaram o questionário 82% foram do sexo feminino e apenas 18% do sexo masculino.

Na Tabela III podemos observar este ligeiro interesse do sexo feminino nas respostas e também no retorno.

Tabela 4 - Concluintes por sexo dos sequenciais SISUTEC ofertados pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas e responderam ao questionário

Sexo	Alunos	Porcentagem
Feminino	59	82%
Masculino	13	18%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A Tabela IV detalha a participação de cada curso nas respostas e retorno com o questionário:

Tabela 5 - Participação com resposta ao questionário dos concluintes do sequencial SISUTEC ofertado pela UTRAMIG que retiraram seus diplomas

<b>Curso</b>	<b>Retiraram seus diplomas</b>	<b>Responderam ao questionário</b>	<b>Participação %</b>
Enfermagem	80	30	37,50%
Análises Clínicas	38	22	57,90%
Meio Ambiente	23	9	39,10%
Segurança do Trabalho	11	3	27,27%
Telecomunicação	8	3	37,50%
Informática	7	3	42,85%
Eletrônica	3	2	66,60%

(Fonte: Elaboração Própria)

É possível observar o grau de participação e interesse de cada curso no questionário e retorno do mesmo. O curso de Enfermagem teve 80 alunos retirando seus diplomas e 30 respostas dos questionários, perfazendo um percentual de 37,5% de participação. O curso de Análises Clínicas contou com 38 pessoas retirando seus diplomas e um total de 22 responderam ao questionário, perfazendo um total de 57,90% de participação. O curso de meio ambiente que teve o total de 23 alunos retirando o diploma, contou com o retorno de 9 pessoas, perfazendo um total de 39,1% de participação. O curso de Segurança do Trabalho teve o total de 11 alunos retirando seus diplomas e desse total, 3 responderam ao questionário, com um percentual de 27,27% de participação. O curso de Telecomunicação contou com 8 alunos retirando seus diplomas e desses, 3 responderam ao questionário, perfazendo um percentual de 37,5% de participação. O curso de informática teve a retirada do diploma por 7 alunos e desses, 3 responderam ao questionário, perfazendo uma participação de 42,85%. Por fim tivemos o curso de Eletrônica que dos 3 alunos que concluíram, 2 responderam ao questionário, contando com um índice de 66,6% de participação.

A última informação do questionário, antes das perguntas em si, foi o ano de ingresso. As respostas vieram de certa forma um pouco confusas. A única explicação é que o aluno ingressou antes, depois foi para a outra modalidade, ou confundiu o ano de ingresso. Isto porque as entradas na modalidade SISUTEC aconteceram no ano de 2013 e 2015. De toda forma os números são esses:

Tabela 6 - Ano que concluintes do sequencial SISUTEC ofertado pela UTRAMIG ingressaram nos Cursos Técnicos

Ano de Ingresso	Alunos
2009	1
2012	3
2013	31
2014	30
2015	7

(Fonte: Elaboração Própria)

A primeira pergunta do questionário foi sobre o exercício da atividade profissional por parte do entrevistado. As opções foram três se não estava exercendo atividade profissional no momento; se sim, mas fora da área de formação do curso técnico que teve na UTRAMIG; ou se sim, na área de formação do curso técnico na UTRAMIG. Esta pergunta foi respondida por todos, sendo que 29 pessoas responderam que não estavam exercendo atividade profissional, naquele momento; 10 pessoas responderam que estavam exercendo, mas fora da área de formação na UTRAMIG; e 33 responderam que estavam trabalhando na área de formação na UTRAMIG.

Em percentual, segundo a tabela VII, 40,27% que não está exercendo atividade profissional no momento; 13,88% que está, mas não na área de formação do curso na UTRAMIG; e 45,83% que está exercendo na área de formação de seu curso na UTRAMIG. Abaixo toda a tabulação:

Tabela 7 - Pergunta do questionário nº1: Está exercendo atividade profissional atualmente?

<b>Respostas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Não	29	40,27%
Sim, fora da área de minha formação de curso técnico na UTRAMIG	10	13,88%
Sim, na área de minha formação de curso técnico na UTRAMIG	33	45,83%
Total geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A pergunta de número 2 foi sobre o motivo pelo qual a pessoa não estava exercendo atividade em sua área de formação. Novamente os 72 egressos responderam à pergunta.

Dessas respostas obtivemos 36 pessoas que estão exercendo atividade profissional na área de formação. Aqui obtivemos 3 pessoas a mais em relação a pergunta de número 1; na opção desempregado a mais de 2 anos, 2 pessoas responderam essa alternativa; outras 5 pessoas que estavam desempregados a menos de 1 ano; para outros 4 aconteceu o inverso, melhor oportunidade em outra área; já para 16 pessoas o mercado saturado foi o motivo de não estar exercendo atividade em sua área de formação; e finalmente para 9 pessoas motivos particulares os tiraram do exercício de atividade em suas respectivas áreas de formação na UTRAMIG.

Tabela 8 - Pergunta do questionário nº 2: Principal motivo pelo qual não exerce atividade na área de formação

<b>Situação de trabalho</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Estou exercendo atividade profissional na minha área de formação	36	50%
Fiquei desempregado, a mais de 2 anos	2	2,77%
Fiquei desempregado, a menos de 1 ano	5	6,94%
Melhor oportunidade em outra área	4	5,55%

Mercado de trabalho saturado	16	22,22%
Motivos particulares	9	12,50%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Assim, 50% afirmam estar atuando na área para a qual se formou no curso técnico na UTRAMIG. Outros 5,55% estão exercendo em outra área, mas por motivo de melhor oportunidade. O restante nos parece que está enfrentando dificuldades para a colocação no mercado de trabalho. Para 2,77% o não exercício já passa de 2 anos; já para outros 6,94% o não exercício se relaciona a menos de 1 ano. Para 22,22% por cento o problema é o mercado de trabalho saturado. Colocar essa opção, possivelmente foi um equívoco de nossa parte, pois não podemos afirmar que esses 22,22%, estão desempregados. Pode ser que tenham escolhido essa opção por trabalharem em outra área, diversa de suas formações; já para 12,5% por motivos particulares não estão exercendo. Desta forma, para essa pergunta o índice de desemprego correto é a soma dos 2,77% e os 6,94%, ou seja: 9,71%. De fato, o índice de desemprego, como discutido anteriormente, a partir do ano de 2015 tem aumentado a cada ano.

A pergunta de número 3 buscou entender se, após a conclusão do curso, o egresso demorou a conseguir emprego, como mostra a Tabela VIII abaixo. As opções foram 3: de 2 a 3 anos, que contou com 10 respostas a esta opção, perfazendo um total de 13,88%; para a segunda opção: de 3 a 4 anos, apenas 1 pessoa a escolheu, perfazendo um percentual de 1,38%; a terceira opção, menos de 1 ano, contou com a resposta de 54 egressos, perfazendo um percentual de 75%. Outros 7 questionários voltaram em branco, ou seja, 9,72% deixaram a opção sem marcar.

Tabela 9 - Pergunta do questionário nº 3: Tempo que demorou em encontrar emprego após a conclusão do curso

<b>Tempo</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem em relação ao total</b>
De 2 a 3 anos	10	13,88%
De 3 a 4 anos	1	1,38%

Menos de 1 ano	54	75%
Em branco	7	9,72%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Novamente podemos salientar que aparentemente os alunos da UTRAMIG conseguiram uma boa colocação no mercado de trabalho, fazendo diferença, portanto, segundo sua própria opinião, na inserção deles no mercado de trabalho. Em menos de 1 ano, 75% já haviam conseguido trabalho. Se somarmos a estes, em um período de 4, mais de 90% conseguiram trabalhar. Outro apontamento que precisa ser feito diz respeito aos mais de 9,72% que retornaram sem responder a esta opção. Possivelmente nessa pergunta falhamos ao não dar outra opção: quem sabe a opção fosse não ter conseguido emprego em momento algum.

Na UTRAMIG o estágio é obrigatório. É um dos requisitos para que o aluno conclua seu curso e também para que o mesmo possa retirar seu diploma. A quarta pergunta buscou entender em qual momento ele realizou o estágio obrigatório.

Tabela 10 - Pergunta do questionário nº 4: Quando foi realizado o Estágio Obrigatório?

<b>Estágio Obrigatório</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Após concluir o curso	31	43,05%
Na primeira etapa do curso	10	13,88
Na segunda etapa do curso	17	23,61
Na terceira etapa do curso	13	18,05%
Em branco	1	1,38%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Segundo 31 dos entrevistados, ou 43,05% dos egressos que responderam ao questionário, o estágio foi realizado após a conclusão de seus cursos; Para outras 10 pessoas, ou 13,88% a obrigatoriedade do cumprimento foi realizada na primeira etapa de seus cursos; Outras 17, ou

23,61% cumpriram a obrigatoriedade na segunda etapa; Na terceira etapa, 13, ou 18,05% realizaram o estágio obrigatório; 1 pessoa deixou de marcar qualquer opção.

Ainda, seguindo a esteira do estágio obrigatório, a pergunta seguinte do questionário buscou entender se o estágio ajudou na efetivação do aluno na mesma empresa e área estagiada, ou contribuiu na colocação em outra área na mesma empresa.

Esta pergunta teve a resposta dos 72 alunos que responderam e retornaram com o questionário. Segundo 69,44% dos entrevistados o estágio não contribuiu para que o mesmo fosse contratado no local de aprendizado prático. Outros 4,16% foram efetivados, mas em área diversa a do estágio. Já para 26,38% após o estágio aconteceu a efetivação. Nesse caso podemos concluir que o estágio foi fundamental para sua contratação.

Tabela 11 - Pergunta do questionário nº5: O estágio ajudou na efetivação do aluno na empresa em que estagiou?

Respostas	Alunos	Porcentagem
Não	50	69,44%
Sim, mas em outra área	3	4,16%
Sim, na mesma área	19	26,38%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A sexta pergunta foi direto ao ponto. Procuramos entender se o egresso reconhecia que o curso feito na UTRAMIG foi fundamental para que o mesmo conseguisse um trabalho. As opções eram 3: ajudou, mas não foi fundamental, contou com a resposta de 15,27% dos entrevistados; a segunda opção: não ajudou, contou com a resposta de 29,16%; para 55,55% a resposta foi: sim, muito.

Pelos retornos, o curso foi fundamental para a maioria dos entrevistados. **A diferença entre a contribuição do curso para que o entrevistado conseguisse seu emprego e a opção não ajudou é grande, segundo os próprios entrevistados.** Não chegou a 30% a porcentagem daqueles que afirmaram que o curso não contribuiu para que ele conseguisse seu emprego.

Tabela 12 - Pergunta do questionário nº 6: O curso técnico da UTRAMIG foi fundamental para conseguir o emprego?

<b>Respostas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Ajudou, mas não foi fundamental	11	15,27%
Não ajudou	21	29,16%
Sim, muito	40	55,55%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A pergunta de número 7 buscou extrair do entrevistado se o curso realizado na UTRAMIG foi importante para que ele recebesse uma melhor remuneração ou promoção. Novamente disponibilizamos 3 opções: Ajudou, mas não foi fundamental, que contou com a opção tomada por 13,88% de nossos entrevistados; 50% respondeu que o curso não ajudou, já para 36,12% o curso ajudou muito.

Tabela 13 - Pergunta do questionário nº 7: O curso técnico na UTRAMIG foi importante para receber melhor remuneração / promoção?

<b>Resposta</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Ajudou, mas não foi fundamental	10	13,88%
Não ajudou	36	50%
Ajudou muito	26	36,12%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A oitava pergunta, conforme Tabela XIII, teve a intenção de saber se o entrevistado tivesse realizado o mesmo curso em outra Instituição as oportunidades teriam sido as mesmas que o nome da UTRAMIG pode lhe proporcionar. A primeira opção foi a de que a UTRAMIG foi o grande diferencial. Essa possibilidade recebeu a resposta de 54,16% dos entrevistados; outros 8,33% responderam que seria melhor ter realizado seus cursos em outra

Instituição; finalmente para 37,5% o importante foi apenas a certificação, independentemente do local da realização de seus cursos.

Tabela 14 - Pergunta do questionário nº 8: O mesmo curso em outra instituição teria lhe proporcionado as mesmas oportunidades que o nome da UTRAMIG lhe proporcionou?

<b>Respostas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
A UTRAMIG foi o grande diferencial	39	54,16%
Teria sido melhor cursar em outra instituição	6	8,33%
O importante foi apenas o certificado	27	37,50%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Na pergunta de número 9 buscamos saber em qual tipo de organização o entrevistado se encaixa para exercer sua atividade profissional. Depois de respondido o questionário e avaliadas as repostas, acreditamos que a opção primeira deve ser somada à opção terceira. Quando da confecção gostaríamos da distinção do trabalho autônomo daqueles que abriram uma empresa própria com todos os requisitos e registros. De toda forma faremos separadamente e depois somaremos. A primeira opção recebeu a adesão de 4,16% dos entrevistados. Já a terceira recebeu a adesão de 1,38% dos entrevistados. As duas juntas equivalem a um percentual de 5,55% de pessoas que são donas de seus meios de produção ou prestação de serviço. E a opção 2, empresa privada recebeu a resposta de 51,38% de nossos entrevistados. A quarta opção, empresa pública, recebeu a adesão de 15,27%. Por fim, 27,77% dos entrevistados não responderam a esta pergunta. Essa falta de resposta pode ser explicada pelo desemprego.

Tabela 15 - Pergunta do questionário nº 9: Em qual tipo de organização exerce atividade profissional?

<b>Respostas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Autônomo	3	4,16%
Empresa privada	37	51,38%

Empresa própria	1	1,38%
Empresa pública	11	15,27%
Não se aplica	20	27,77%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Na décima pergunta a intenção foi saber como o entrevistado obteve o seu emprego atual. O maior percentual foi obtido na opção não se aplica. Esta opção, que na verdade não era uma, mas se tornou porque os questionários retornaram em branco, se explica, pois, avaliando a pergunta anterior, é o número de possíveis desempregados somado aos trabalhadores autônomos e proprietário de empresa privada. Por outro lado, devemos analisar que pode ter sido por falta de interesse em responder a questão. Essa “não” opção recebeu o apoio de 34,72% dos entrevistados; A obtenção do emprego por meio de concurso público recebeu a adesão de 9,72% dos participantes; Para 16,66% dos entrevistados o emprego aconteceu por efetivação do estágio. Essa opção pode até confrontar com a pergunta que foi feita um pouco atrás se após o entrevistado concluir o estágio o mesmo foi efetivo na mesma área, ou na mesma empresa em área diversa. Naquela opção 22 entrevistados responderam que foram efetivados. Agora apenas 12 responderam que estavam trabalhando, após efetivação. Essa lógica se aplica já que o entrevistado pode ter sido efetivado e por algum problema foi desligado em seguida ou algum tempo depois. Ademais o próprio estágio pode ter sido feito por indicação de alguém e em seguida ele foi efetivado. Essa opção, por indicação de pessoas influentes recebeu a escolha de 13,88% de nossos entrevistados. Por fim, 25% responderam que obtiveram seu emprego atual por meio de seleção de currículo.

Tabela 16 - Pergunta do questionário nº 10: Como obteve o emprego atual?

Respostas	Alunos	Porcentagem
Não se aplica	25	34,72%
Por concurso público	7	9,72%
Por efetivação de estágio	12	16,66%

Por indicação de pessoas influentes	10	13,88%
Por seleção de currículo	18	25%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A décima primeira pergunta abordou a faixa salarial percebida pelo entrevistado. Para 80,55% das pessoas que responderam ao questionário, a remuneração é de até 2 salários mínimos. A opção de 2 a 5 salários mínimos recebeu a resposta de 8,55%. Já para 11,11% a resposta ficou em branco.

Tabela 17 - Pergunta do questionário nº 11: Faixa Salarial

Respostas	Alunos	Porcentagem
Até 2 salários mínimos	58	80,54%
De 2 a 5 salários mínimos	6	8,55%
Em branco	8	11,11%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A décima segunda pergunta abordou a satisfação dos entrevistados com seu salário. Coincidentemente 8,33% responderam que a satisfação é alta. A coincidência está no mesmo percentual daqueles que responderam na pergunta anterior que recebiam de 2 a 5 salários mínimos. Para 34,72% a satisfação é baixa. Outros 56,94% responderam que a satisfação profissional no aspecto financeiro era média. A explicação para os entrevistados desempregados é que os mesmos possivelmente responderam que a satisfação é baixa.

Tabela 18 - Pergunta do questionário nº 12: Nível de satisfação na situação profissional no aspecto financeiro?

Respostas	Alunos	Porcentagem
Alto	6	8,33%

Baixo	25	34,72%
Médio	41	56,94%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A décima quarta pergunta teve o objetivo de saber a visão do entrevistado sobre a perspectiva profissional em sua área. A avaliação de que a perspectiva é ótima, recebeu a escolha de 6,94% dos entrevistados; a boa recebeu 44,44%; Razoável recebeu o apoio de 22,22%; Outros 9,72% responderam que a perspectiva é desanimadora; e finalmente 16,66% responderam não ter condição de avaliar.

Tabela 19 - Pergunta do questionário nº 14: Perspectiva profissional na área de trabalho

Respostas	Alunos	Porcentagem
Boa	32	44,44%
Desanimadora	7	9,72%
Não tenho condições de avaliar	12	16,66%
Ótimo	5	6,94%
Razoável	16	22,22%
Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A décima quinta pergunta averiguou se o entrevistado se sentia preparado para o mercado de trabalho, quando de sua formatura. Segundo 36,11% dos entrevistados eles estavam muito preparados; outros 34,72% sentiam que sua preparação era boa; 1,38% achavam que sua preparação era pouca; outros 1,38% achavam que não estavam nada preparados e finalmente outros 26,38% achavam que estavam razoavelmente preparados.

Tabela 20 - Pergunta do questionário nº 15: Preparação para o mercado de trabalho quando se formou

<b>Responder</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Boa	25	34,72%
Muito	26	36,11%
Nada	1	1,38%
Pouco	1	1,38%
Razoável	19	26,38%
Total Geral	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A décima sexta pergunta adentrou as disciplinas profissionalizantes. A pergunta era sobre o entendimento que o entrevistado tinha sobre a contribuição das disciplinas profissionalizantes em seu desempenho profissional. Para 66,66% dos entrevistados as disciplinas profissionalizantes contribuíram muito; para 26,38% a contribuição foi razoável; e para 6,94 a contribuição foi pouca.

Tabela 21 - Pergunta do questionário nº 16: As disciplinas do curso técnico contribuíram para o desempenho profissional?

<b>Respostas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Muito	48	66,66%
Pouco	5	6,94%
Razoável	19	26,38%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Pensando na formação humana para a vida, a décima sétima pergunta arguiu se o curso como um todo colaborou para o desenvolvimento cultural e pessoal do entrevistado. Segundo

76,38% o curso colaborou muito; para 18,05% o curso colaborou razoavelmente; e 5,55% entenderam que o curso contribuiu pouco para seu desenvolvimento cultural e pessoal.

Tabela 22 - Perguntas do questionário nº 17: O curso técnico colaborou para o desenvolvimento cultural e pessoal?

Respostas	Alunos	Porcentagem
Muito	55	76,38%
Pouco	4	5,55%
Razoável	13	18,05%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A décima oitava pergunta abordou a continuidade dos estudos dos entrevistados. A pergunta buscou saber se após a conclusão do curso na UTRAMIG o mesmo realizou curso de graduação. Segundo 8,33% a resposta foi a de que havia realizado curso de graduação; outros 23,61% a resposta foi de que estavam em andamento com seus cursos de graduação; E, a grande maioria, 68,05% respondeu que não realizou curso de graduação.

Tabela 23 - Pergunta do questionário nº 18: Continuidade dos estudos / graduação

Respostas	Alunos	Porcentagem
Em andamento	17	23,61%
Não	49	68,05%
Sim	6	8,33%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

A última pergunta de nosso questionário buscou saber qual o conceito que o entrevistado atribuiu para o curso realizado na UTRAMIG. A grande maioria, ou seja, 48,61% respondeu

que o conceito do curso foi ótimo; 40,27% afirmaram que o curso foi bom; e para 11,11% o curso foi regular.

Tabela 24 - Pergunta do questionário nº 19: Conceito atribuído ao curso ofertado pela UTRAMIG

<b>Respostas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Bom	29	40,27%
Ótimo	35	48,61%
Regular	8	11,11%
Total	72	100%

(Fonte: Elaboração Própria)

Pelos retornos que obtivemos de nossos egressos ficou evidente a importância da formação e da Instituição para suas oportunidades de emprego.

## CONCLUSÃO

No capítulo I, fizemos considerações sobre a empregabilidade, expressão essa que passou a ser bem difundida, principalmente pelos defensores do Neoliberalismo. No capítulo II, traçamos a trajetória percorrida ao longo dos anos pela modalidade de formação profissional e técnica no país. No capítulo III abordamos a história da UTRAMIG e como ela se encontra hoje. Já no capítulo IV discorremos sobre o objetivo e a metodologia da pesquisa. No capítulo V, foram apresentados os dados colhidos por meio do questionário.

A nossa intenção inicial era saber se o egresso na citada modalidade, após a conclusão de seu curso e a retirada de seu certificado, teve sucesso em conseguir uma vaga de emprego ou mesmo se conseguiu uma melhor remuneração. E o retorno dos egressos, pelos questionários, é de que **sim, em sua percepção, em grande maioria, ter realizado curso na UTRAMIG na modalidade SISUTEC teve impacto considerável em sua colocação no mercado de trabalho.**

Antes de aprofundar no mérito de nossa intenção é importante fazer duas observações. A primeira, essa ideia que virou um “*sensu comum*” de que quanto maior a escolaridade, melhores são as oportunidades de emprego e de remuneração, foi trabalhado em nosso Capítulo I. Entendemos que como apontaram Marx e Keynes existe uma forma de controle da geração de emprego dentro de uma sociedade, sendo que para o primeiro a substituição de trabalho por tecnologia causará desemprego. Já para Keynes a geração de empregos está relacionada à capacidade de investimento. De fato, o índice de desocupação no Brasil cai na medida em que aumenta a escolaridade do indivíduo, mas o investimento somente em educação e não na criação de postos de trabalho como forma de criar empregos, do ponto de vista do gestor público é um contrassenso: pode fazer sentido para o indivíduo investir em qualificação de forma a sobressair no mercado de trabalho, mas o gestor precisa ter uma visão coletiva e não individual.

Conforme foi exposto no capítulo I à geração de empregos tem relação direta com o investimento. Desta feita, apesar de analisarmos o efeito da qualificação na trajetória profissional de egressos, não podemos perder de vista que a geração de empregos e a colocação no mercado de trabalho não dependem somente da qualificação individual, mas também da estrutura produtiva da sociedade, que gera empregos em determinados setores ou não, e também das condições macroeconômicas, como nível de investimento e crescimento, geração de emprego em setores de qualificação média, capacidade ociosa da indústria etc. Rejeitamos a visão de que a geração de empregos responde a uma dinâmica em que a oferta

gera sua demanda (Lei de Say), em que a oferta de pessoas qualificadas criaria a demanda por pessoas qualificadas: a estrutura produtiva e as condições macroeconômicas são fundamentais e não se pode jogar inteiramente ao indivíduo a responsabilidade – tal como querem os neoliberais – por seu fracasso ou sucesso na vida.

Após essa análise podemos afirmar que a mudança da trajetória do desemprego torna difícil, do ponto de vista de nosso trabalho, diferenciar o efeito do curso na empregabilidade do indivíduo e o momento econômico vivido pelo egresso: com a crise econômica a partir de 2015, muitos podem ter perdido o emprego não por ter perdido a qualificação, mas pela mudança no cenário econômico. Tal questão pode, obviamente, afetar a avaliação dos egressos sobre o impacto da qualificação obtida para a inserção no mercado de trabalho. É importante ainda frisar que infelizmente não contamos com algum tipo de “grupo controle”, isto é, um grupo de pessoas com a mesma idade e características socioeconômicas aos egressos, de forma a comparar a trajetória profissional do grupo controle com o dos egressos. Desta forma, para avaliar o efeito do curso na empregabilidade, contamos apenas com as percepções dos egressos, o que é um limite do nosso estudo.

Voltando à análise dos nossos questionários e às nossas conclusões, conforme as respostas do questionário (precisamente na pergunta de número 3), em menos de 1 ano 75% de nossos entrevistados já haviam conseguido trabalho.

Na pergunta 6, os respondentes reconheceram que fazer o curso foi fundamental para que eles conseguissem um trabalho. Mais de 70% dos entrevistados responderam que a formação foi importante. **Menos de 30% dos entrevistados afirmaram que a formação não ajudou.** Sobre a melhora na remuneração ou mesmo promoção, os egressos ficaram divididos. 50% responderam que não e outros 50% que sim. Essa pergunta também pode ser explicada pelo fato que aqueles que não tiveram melhor remuneração e ou não receberam promoção ou estavam desempregados, ou obtiveram o emprego e não houve progresso dentro de seu cargo ou função. De toda forma a quantidade de pessoas que responderam que receberam melhor remuneração ou promoção devido ao curso é considerável.

Na pergunta de número 8 nossos egressos tiveram a possibilidade de responder se o nome UTRAMIG foi o grande diferencial para que ele conseguisse as oportunidades que ele teve de trabalho e promoção. Segundo mais de 54 % dos entrevistados a UTRAMIG foi o grande diferencial para suas oportunidades.

Portanto, voltando à nossa pergunta inicial, sobre se ter feito SISUTEC na UTRAMIG aumenta a empregabilidade das pessoas, em nosso entendimento por mais que existam outros fatores na geração de empregos, detectamos que os alunos que estudaram na UTRAMIG

nessa modalidade de Pronatec, reconhecem o grande diferencial do curso e da Instituição para sua colocação no mercado de trabalho.

Com esse trabalho podemos concluir que apesar da alta no nível de desemprego em nosso país e a da baixa em investimentos o que dificulta gerar empregos, a formação dos alunos na UTRAMIG foi importante para que os alunos que responderam o questionário (e segundo sua própria percepção) obtivessem sua vaga de emprego e até mesmo receber melhor remuneração em seu trabalho, segundo sua própria percepção.

Para a Fundação acredito que é importante realizar um trabalho ainda mais intenso na relação estágio mercado de trabalho, pois, como visto na pergunta de número 10, o estágio foi responsável por efetivar 16,66% dos entrevistados. Considerando que o estágio é a parte prática do curso, ele deve ser entendido como a oportunidade de aprendizado, mas também uma oportunidade para que o futuro profissional seja efetivado em uma vaga de emprego. Além de ampliar o setor, deve-se trabalhar de forma mais clara com os alunos e professores a importância de um bom estágio e também de uma dedicação maior por parte do estagiário no trabalho. Com as empresas é importante criar novos campos de estágio e também aproximar as mesmas da Instituição.

Finalmente para o Demandante a simples continuidade da política já seria um grande avanço. Os questionários respondidos, por mais que sejam de uma única ofertante, demonstram o acerto da política de qualificação e das oportunidades geradas. Mas infelizmente não temos a expectativa de continuidade do Pronatec na modalidade Sisutec pelo atual governo.

## **ANEXO**

### **Questionário da Pesquisa**

**Olá! Sou Lindomar Gomes, presidente da Utramig e aluno de mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas. Esse questionário abaixo será utilizado na dissertação para a conclusão do Mestrado que estou confeccionando, junto à Fundação Perseu Abramo e à Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais.**

**Peço que responda com o maior interesse e profundidade possível, pois além de ser importante para o Mestrado, pode auxiliar em discussões futuras de políticas públicas na área de Educação Profissional.**

**O tema da dissertação é: Pronatec na modalidade Sisutec, na Utramig: análise sobre o impacto na empregabilidade do egresso.**

**Estou enviando esse questionário para todos os alunos que concluíram seus cursos técnicos na modalidade Sisutec e voltaram para levantar seus diplomas. Os dados de todos que responderem o questionário não serão divulgados.**

**Contanto com sua valiosa contribuição agradeço.**

**Nome:**

**Endereço:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**Sexo:**

**Curso técnico na Utramig: .....**

**Mês e ano de ingresso no curso: .....**

**Conclusão do curso: .....**

**01) Você está exercendo atividade profissional atualmente?**

- a) Sim, na área de minha formação de curso técnico na UTRAMIG;**
- b) Sim , fora da área de minha formação de curso técnico na UTRAMIG;**
- c) Não.**

**02) O principal motivo pelo qual você não exerce atividade profissional na sua área de formação é:**

- a) Estou exercendo atividade profissional na minha área de formação;**
- b) Mercado de trabalho saturado;**
- c) Melhor oportunidade em outra área;**
- d) fiquei desempregado, a menos de 1 ano;**
- e) fiquei desempregado, a mais de 2 anos;**
- f) Motivos particulares;**

**03) quanto tempo você demorou para encontrar emprego após a conclusão do curso?**

- a) Menos de 1 ano;**
- b) De 02 a 03 anos;**
- c) De 03 a 04 anos;**

**04) Quando você fez o estágio obrigatório?**

- a) Quando estava na primeira etapa;**
- b) na segunda etapa;**
- c) terceira etapa;**
- d) após concluir o curso;**

**05) Após concluir o estágio você foi efetivado na mesma empresa?**

- a) Não;**
- b) Sim, mas em outra área;**
- c) Sim, na mesma área;**

**06) Fazer o curso técnico na Utramig foi fundamental para conseguir seu emprego?**

- a) Sim, muito;**
- b) não ajudou;**
- c) ajudou, mas não foi fundamental;**

**07) Fazer o curso técnico na Utramig foi importante para você receber uma melhor remuneração ou promoção?**

- a) sim, muito;**
- b) não;**

c) ajudou, mas não foi fundamental;

**08) Você acha que o mesmo curso, em outra Instituição teria lhe proporcionado as mesmas oportunidades que o nome da Utramig lhe proporcionou?**

a) Não, pois a Utramig foi o grande diferencial;

b) Não, teria sido melhor cursar em outra Instituição;

c) Sim, pois o importante foi apenas a certificação;

**09) Em que tipo de organização você exerce sua atividade profissional ?**

a) Autônoma;

b) Empresa própria;

c) Empresa Privada;

d) Empresa Pública;

e) A Pergunta não se aplica ao meu caso;

**10) Como você obteve seu emprego atual?**

a) Por concurso público;

b) Por efetivação de estágio;

c) Por seleção de currículo;

d) Por indicação de pessoas influentes;

e) A pergunta não se aplica á minha situação atual.

**11) Qual é sua faixa salarial?**

a) Até 2 salários mínimos;

b) De 2 a 5 salários mínimos;

c) De 5 a 7 salários mínimos;

d) Acima de 7 salários mínimos;

**12) Qual o seu nível de satisfação na sua situação profissional atual no aspecto financeiro?**

a) Alto;

b) Médio;

c) Baixo;

**13) Qual o seu nível de satisfação na sua situação atual, no aspecto social?**

- a) Alto;**
- b) Médio;**
- c) Baixo;**

**14) Qual é em sua visão, a perspectiva profissional na sua área?**

- a) Ótima;**
- b) boa;**
- c) Razoável;**
- d) Desanimadora;**
- e) Não tenho condições de avaliar;**

**15) Você estava preparado para o mercado de trabalho quando se formou?**

- a) Muito;**
- b) Razoavelmente;**
- c) Pouco;**
- d) Nada;**

**16) As disciplinas profissionalizantes contribuíram para o seu desempenho profissional?**

- a) Muito;**
- b) Razoavelmente;**
- c) Pouco;**
- d) Nada;**

**17) O curso como um todo colaborou para seu desenvolvimento cultural e pessoal?**

- a) Muito;**
- b) Razoavelmente;**
- c) Pouco;**
- d) Nada;**

**18) Após a conclusão de seu curso na UTRAMIG você realizou curso(s) de graduação?**

- a) Sim;**
- b) Não;**
- c) Em realização;**

**19) Qual é o conceito que você atribui ao curso que concluiu?**

- a) Ótimo;**
- b) Bom;**
- c) Regular;**
- d) Ruim;**
- e) Péssimo;**

**20) Esta questão é opcional. Você avalia que o curso influenciou de alguma outra forma em sua empregabilidade, que não foi mencionado nas perguntas acima? Pode usar o espaço abaixo para descrever:**

## REFERÊNCIAS

ALKIMIM, Giuliano Viana de. **Empregabilidade dos egressos dos cursos superiores de tecnologia em diferentes regiões do Estado de MG: o caso do curso de análise e desenvolvimento de sistemas.** – Belo Horizonte, MG, 2015. 238F, ENC. II. Tese de Doutorado. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A3NHH2/tese\\_giuliano\\_viana\\_alkimim\\_corrigido.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A3NHH2/tese_giuliano_viana_alkimim_corrigido.pdf?sequence=1). Acesso em 20 de outubro de 2016.

AZEVEDO, Joaquim. **Entre a escola e o mercado de trabalho: um olhar crítico sobre as transições.** Seminário sobre *Fracaso escolar y transición a la vida laboral. Fundación por la Modernización de España. Madrid.* 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Família%20Cunha/Downloads/ENTRE%20A%20ESCOLA%20E%20O%20MERCADO%20DE%20TRABALHO.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

BASTOS, P. P. Z.; WELLE, A.; OLIVEIRA, A. L. M. (2017)“**Há uma recuperação sustentada da economia brasileira? O PIB de 2017 e o papel da austeridade**” Nota de Conjuntura 2 - CECON IE Unicamp

BATISTA, Roberto Leme. **A ideologia da Nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva.** 2011. 317f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2011.

BONIS, Gabriel. **Investimento em baixa emperra o PIB em 2012.** 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/investimento-em-baixa-emperra-o-pib-em-2012>. Consulta em 15 de julho de 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológico.** Brasília 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em 06 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em 06 de março de 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de Novembro de 1937. Art. 129.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10614355/artigo-129-daconstituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937>. Acesso em 10 de março de 2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao37.htm). Acesso em 10 de março de 2017.

BRASIL. **Lei 5.692 de 11 de Agosto de 1971 – Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm). Acesso em 01 de maio de 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. PRONATEC.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>.

DE SÃO PAULO, Folha. **Desemprego é de 13,3 e atinge 13,8 milhões de pessoas, diz IBGE.** 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1897337-desemprego-e-de-133-e-atinge-138-milhoes-de-pessoas-diz-ibge.shtml>. Consulta em 15 de julho de 2017.

DE SÃO PAULO, O Estadão. **Investimentos despencam e PB cai 3,8% em 2015, na maior recessão desde 1990.** 2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pib-despenca-3-8-em-2015--na-maior-recessao-desde-1990,1839219>. Consulta em 15 de julho de 2017.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil.** – São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2007.

IPEADATA. (2017). **Taxa de Investimento Nominal.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Pan.aspx>. Consulta em 20 de julho de 2017.

IPEADATA. (2017). **Taxa de desocupação.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1347352645>. Consulta em 20 de julho de 2017.

JIMÉNEZ, Carla; MENDONÇA, Heloísa. **PIB de 2014 revela uma economia estagnada e queda de investimento.** 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/27/politica/1427458565\\_874347.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/27/politica/1427458565_874347.html). Consulta em 15 de julho de 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 3.588, de 25 de novembro de 1965.** Institui a universidade do Trabalho de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=3588&tipo=LEI&aba=js\\_textooriginal](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=3588&tipo=LEI&aba=js_textooriginal). Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 9.219, de 23 de dezembro de 1965.** Decreto que regulamenta a criação da UTRAMIG. Disponível

em:<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=9219&comp=&ano=1965>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

MINAS GERAIS. **Contém o Estatuto da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais.** 20 de Janeiro de 2011. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/cmpleta/completa.html?tipo=DEC&num=45740&comp=&comp=&ano=2011&aba=js\\_textooriginal](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/cmpleta/completa.html?tipo=DEC&num=45740&comp=&comp=&ano=2011&aba=js_textooriginal). Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

MINAS GERAIS. **Proposta de Reforma administrativa é recebida em Plenária.** De 4 de maio de 2016. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/05/04\\_plenario\\_projetos\\_reforma\\_administrativa.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/05/04_plenario_projetos_reforma_administrativa.html); Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

MINAS GERAIS. **Extinção da Utramig será debatida em reunião conjunta.** De 24 de junho de 2016. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/06/24\\_release\\_reuniao\\_conjunta\\_extincao\\_utramig.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/06/24_release_reuniao_conjunta_extincao_utramig.html); Acesso em: 26 de fevereiro de 2017.

MINAS GERAIS. **Alunos e professores da Utramig repudiam sua extinção.** De 30 de junho de 2016. Audiência Pública. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/06/30\\_comissao\\_conjunta\\_educacao\\_extincao\\_utramig.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/06/30_comissao_conjunta_educacao_extincao_utramig.html); Acesso em: 26 de fevereiro de 2017

MINAS GERAIS. **Foruns regionais.** Disponível em: <http://www.forunsregionais.mg.gov.br/sobre>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Regulação Estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação** - Campinas, SP: [S,N], 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Cunha/Downloads/disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20Luiza%20Matos%20-%20indica%C3%A7%C3%A3o%20bibliografica.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

PEIXOTO, Maciel Edson. **Políticas de Educação Profissional e Tecnológica: A influenciados princípios de gestão democrática nas deliberações do cefet-mg.** Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 207f. Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação, Brasília, 2009.

NOGUEIRA, Camila Gomes; CASTAMAN, Ana Sara. **História da Educação Profissional no Brasil: algumas considerações.**2014. Disponível em [http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2014/GT04/GT\\_04\\_x2x.PDF](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT04/GT_04_x2x.PDF); Acesso em 07 de março de 2017.

QUADROS, Jânio. **Carta de renúncia**. Brasília, 25 de agosto de 1961.  
Disponível em: <http://www.oieduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/renuncia-do-presidente-janio-quadros.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

SILVA, José Humberto da. **Juventude trabalhadora brasileira: processos laborais, trabalhos precários e futuras (in)certezas**– Campinas, SP: [s,n], 2012. Tese de Doutorado.  
Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000876607&fd=y>  
Acesso em 20 de outubro de 2016.

UTRAMIG, **Site daUTRAMIG**. 2016. Disponível em:  
<http://www.utramig.mg.gov.br/institucional>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

UTRAMIG, Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais. **A UTRAMIG desde a origem**. 1 ed. Minas Gerais, 1983.